COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

13.09.2016

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

13.09.2016

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Boa tarde, prefeito de São Paulo, Curiati, é um privilégio vê-lo aqui na nossa Comissão de Meio Ambiente. O senhor que já foi prefeito de São Paulo e com certeza terá o futuro melhor vereador da capital. Muito bem-vindo.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Muito obrigado, presidente. Eu quero cumprimentá-lo e tenha certeza que o seu trabalho na comissão sempre vai ser supervalorizado, porque V. Exa. é realmente competente. Muito obrigado, um abraço.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Ouvir de V. Exa. um elogio, agradeço à Vossa Excelência. O que acontece é o seguinte, nós temos que abrir esta reunião às duas e quinze, que é o nosso limite. O Sr. Secretário, que é a única pauta que nós temos, é o convite ao Sr. secretário, feito pelo deputado Sebastião para discutir a questão da pesca, se não me falha a memória, a cultura. Então eu vou abrir a reunião e em seguida eu vou suspender, porque nós temos uma questão regimental.

É o seguinte, com a presença da Sra. deputada Ana do Carmo, Luiz Turco, Chico Sardelli e Roberto Tripoli como presidente, Sebastião Santos e Celso Nascimento, havendo número regimental, e o presidente Antônio Salim Curiati, Hélio Nishimoto, Itamar Borges e José Zico Prado, Sr. líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, e o deputado Carlão Pignatari, está apresente?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PT - Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Líder da Social Democracia nesta Casa. Eu declaro então aberta, em número lega, regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura.

Neste momento eu vou suspender a reunião, havendo quórum e reaberto... Desculpa, o senhor pode usar o microfone, por favor? Com a palavra o deputado Zico Prado, líder do PT na Casa.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Presidente, eu só queria ter informação. Nós estamos adiando porque o secretário vem ou ele não vem?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Olha, a informação que eu tive da assessoria do secretário agora pouco é que houve um incêndio em Rio Claro, ele esteve no incêndio, passou em outro lugar, está de helicóptero, deputado Milton Leite também está presente, e me passaram que em dez minutos estaria aqui, é a informação que tenho. Eu coloco à disposição do plenário, alguém quer alguma interferência? Cancelamos a reunião? Adiamos? Porque é dez minutos, quinze, está vindo de helicóptero. Pela ordem deputado Itamar Borges.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Em que pese não ser titular da comissão, mas acho que foi solicitado e agendado em comum acordo, sugiro que se tiver outra pauta, que trate, se for exclusivamente esta, que possa suspender e aguardemos a chegada dele. Inclusive se o assunto der para ir sendo tratado, se tiver algum ponto a ser colocado podemos até adiantar. É uma sugestão, fica pela decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - A sugestão de V. Exa. é a mesma posição da Presidência, queria suspender. Abri os trabalhos. Agora, não dá para começar, pedir ao deputado, que é o proponente do requerimento da vinda do seu secretário, eu acho que é ruim ele começar a falar agora sem a presença do secretário. Depois o secretário chega... Pois não, deputado Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só queria fazer uma ponderação. Primeiro, cumprimentar o Tião pelo requerimento e a importância que tem esse...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV -...deputado Sebastião.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sebastião.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - É que Tião eu nunca ouvi falar Tião aqui. Deputado Sebastião.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É que nós somos lá da região, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - É que se perguntar do Tião para mim eu não vou saber quem é o Tião.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas você sabe, Tripoli, não complica, você sabe perfeitamente de quem estou falando. Então pela razão do assunto, da importância que tem para o estado, principalmente lá na nossa região, na barranca do Rio Paraná e do Rio Grande, do Rio Tietê, esse é um assunto que interessa muito. Esse é um assunto de um decreto do governador que foi feito na legislatura passada.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu gostaria que o senhor sentasse à Mesa, ficasse à disposição aqui ao meu lado, por favor deputado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só para terminar o assunto, presidente. Para dizer que é importante e eu não sei do secretário se ele tem condição, se ele está vindo para cá, se é melhor um outro dia a gente sentar com mais tempo. Eu só estou querendo tranquilidade para aproveitar a presença do secretário para fazer uma grande discussão sobre esse assunto no estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Olha, eu acho que pela mobilização...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - A única preocupação minha é essa.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela mobilização do deputado Sebastião Santos, que agora fiquei sabendo que é o Tião, por essa mobilização, eu encaminho a suspensão dos trabalhos por 15 minutos. Porque hoje, com certeza, nós temos um CPI aqui ao lado, o plenário eu não acredito que vá ter nenhuma

pauta importante para ser votada, quer dizer, acredito que nem vai ser votado nada. Eu sugiro... Com a palavra o deputado Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Encaminhando no mesmo sentido, para que não haja até prejuízo da vinda do secretário, prejuízo à esta comissão ou do assunto a ser tratado, que nós suspendemos e retomemos assim que... Por 15 minutos ou assim que o secretário chegar. Até porque não tem porque postergar isso, é só prejuízo para a comissão.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Não há dúvida. Estão todos aqui presentes, eu acho que 15 minutos não vai mudar muito. Se os deputados concordam...

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela ordem, senhor deputado Salim Curiati.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Para sugerir que o nobre deputado Sebastião que pediu a presença do secretário do Meio Ambiente, que ele decida o problema, fica na mão dele. Eu acho que nós temos que considerar bem o deputado Sebastião Santos, que é uma pessoa qualificada, então eu sugiro que fique na mão do senhor, do nobre deputado Sebastião Santos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria lembrar que existe Presidência, e a Presidência suspende a sessão e convoca os (ininteligível) em 15 minutos. Está suspenso os trabalhos.

Está reaberta a sessão. Eu pergunto aos Srs. Deputados aqui presentes, porque hoje nós temos uma reunião ordinária da comissão que é as terças-feiras às 14 horas. Não é uma audiência pública. Mas eu vejo aqui várias pessoas que vieram de longe e teriam interesse de se pronunciar. Então eu pergunto ao plenário, o plenário para mim sempre é soberano. Se o plenário achar que é possível depois de ouvir o proponente, depois de ouvir os deputados, abrir a palavra às pessoas que estão aqui presentes. Se os deputados concordarem, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Está aprovado

então. Quem quiser se pronunciar, é tempo curto, pode fazer a inscrição aqui ao lado com a secretária, por favor. Isso se nós tivermos tempo depois de ouvir tanto o requerente como também o seu secretário, os Srs. Deputados e em seguida abrir a palavra a sociedade civil organizada presente.

A informação que eu recebo é que o secretário, como é secretário do meio ambiente, quem sabe está vindo de bicicleta, por isso o atraso, mas nós temos é mais que aguardar mais um pouco. E parece que a bicicleta dele acabou de pousar aqui, parece que deve estar chegando. Pois não, deputado Itamar.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - A informação é... É que eu ouvi você falar campo. Não é campo de marte, é no campo do Círculo Militar.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - É no campo do Círculo Militar.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Portanto mais próximo, mas já pousou.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Deputado Itamar, V. Exa. também trabalha na questão da pesca? Atuante na área, na região? Faz parte do fórum?

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - A cidade. A região lá é a maior bacia, o maior parque agrícola do estado e a maior região criadora de tilápia do país.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu não sabia, desculpa. Qual região que é?

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - A região de Santa Fé do Sul, Ilha Solteira. A represa da Ilha Solteira lá. A represa da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Sobe um pouquinho lá, não é Emerson? Acho que sobe até um pouquinho mais, mas é a nossa região.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Tilápia.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Tilápia em tanque rede. Tem também tanques cavados.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV -São fazendas?

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Não, no Rio Paraná, nos braços do Rio Paraná.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - A mesma região do deputado Sebastião?

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Do Sebastião, somos da mesma região, atuamos juntos lá.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Vocês pescam juntos também.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Para pescar é o Sebastião, eu só como o peixe.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Deputado Zico também pesca?

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - O Zico? Aliás, o Zico primeiro é de lá, esse tema começou com o Zico.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Deputado Zico é da região.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - É latifundiário lá.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Latifundiário lá. Mas diz que ele casou com a dona Rosa, que a dona Rosa que tinha as fazendas. Bom, depois de esperarmos quem sabe quase uma hora, o jovem secretário do meio ambiente aparece na

nosa comissão, que é o Sr. Ricardo de Aquino Sales que vai sentar ao meu lado. Eu passaria a palavra primeiramente ao deputado requerente para que faça a explanação a respeito do porquê do convite do Sr. secretário à esta comissão no dia de hoje. Com a palavra então o deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente Tripoli, quero aqui saudar o secretário também, hoje nos traz aí um momento importante nesta Casa que no passado, infelizmente, nós chamávamos as pessoas, mas não tínhamos elas aqui, elas nos chamavam para ir lá na Secretaria em uma reunião fechada onde os deputados, muitas vezes, pela sua ajuda não conseguiam estar presentes, mas o Sr. secretário Ricardo de Aquino Sales nos dá aqui uma nova forma de trabalho, eu acho isso importante.

E dizer o seguinte, que nós só temos a agradecer. 24 deputados da Frente Parlamentar Pesqueira e Aquícola do Estado de São Paulo, que está nesta Casa já estabelecida há 12 anos, ela tem discutido as questões da pesca e da aquicultura do estado de São Paulo. E foi de conhecimento nosso, um dia antes da reunião, sendo que a reunião seria na quinta, que haveria a decisão, já a definição de uma minuta de um decreto que estaria regulamentando a aquicultura no estado de São Paulo, isso nos trouxe muita preocupação já que os decretos anteriores não são de acordo com a classe e também não dá condição dos produtores de ter, realmente, uma segurança para produzir no estado de São Paulo. Diferente de outros estados que não tem um decreto, tem uma legislação que define a aquicultura, piscicultura e a pesca. E o nosso estado sempre quer ficar na contramão, não pode isso, não pode aquilo, não pode aquilo outro. Sendo que os estados de divisa estão tendo uma legislação diferenciada da nossa, estão tendo incentivos para produção e nós não estamos nem discutindo essa questão ainda em um ponto de convergência que possamos aí tirar uma decisão de discutir de estado para estado e de termos condição de por o nosso produto realmente a venda no nosso estado.

Eu acho que essa minuta, como das outras, ela tem muita coisa a ser discutida. Sei que o tempo é muito pequeno, que nós precisamos ter assinatura de um decreto pelo Sr. governador, o mais breve possível para estar dando a figura realmente jurídica necessária para o estado, mas ele ainda não é aquilo que nós queremos, esta é a realidade.

Existem muitos itens nesta minuta, não sei se seria... Eu já defini alguns itens para que o secretário pudesse nos explanar, o secretário explana a minuta e nós vamos em

cima do que o senhor estiver posicionando. Porque nós já temos o aqui no artigo dois, no inciso um: o instituto de pesca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento portaria, definirá as espécies (ininteligível) exóticas, hídricos, cujo o cultivo são permitidos no estado de São Paulo. E locais onde o cultivo para a espécie é autorizado. Tudo bem, o instituto de pesca vai definir? Ele tem essa autonomia no estado de São Paulo para definir? Eu acredito que não. E qual é a portaria? Nós temos uma minuta para que os 24 deputados possam se ater a esta minuta desta portaria que ele vai definir?

Outro item, o item terceiro: a Secretaria de Agricultura e Abastecimento estabelecerá por resolução os procedimentos para cadastramento, autorização, acompanhamento dos projetos, de pesquisas para avaliação pelo instituto de pesca, de espécies exóticas, híbridos que se refere ao artigo um e dois. Nós já temos uma resolução para poder levar aos produtores pelo menos a ideia do que seria definido por esta resolução que vai estabelecer. Porque nós podemos dar ampla abertura para o governador assinar esse decreto e depois vem uma resolução que impede todos de produzir como já foi no passado, que infelizmente era fomento e hoje é meio ambiente.

Então o parágrafo único também, o licenciamento de aquicultura com espécies exóticas ou híbridos nos copos d'águas, não expressamente indicados na portaria referida no inciso um, dependerá de manifestação específica no instituto de pesca, autorizando o cultivo em áreas de objeto e pedido de licença. O instituto de pesca novamente não tem esta autonomia para trazer esses critérios. A Secretaria sim. O instituto de pesca ele poderia sim produzir uma minuta de conhecimento, de todos os produtores do estado, e levar à secretaria e a secretaria sim poderia redigir a minuta e definir a minuta. De forma colaborativa, como o deputado está nos passando aqui.

Os parques aquícolas, os espaços aqui, físicos, contínuos do meio aquático delimitado, compreende o conjunto de áreas aquícolas no item cinco, sete, do artigo terceiro. Ele define: compreende um conjunto de áreas aquícolas afins. Aqui sempre foi batido na tecla que deveria ter uma legislação específica para os parques aquícolas, até mesmo porque os rios do nosso estado têm problemas em várias esferas e que não pode ter aí o parque aquícola só definido como dono do local.

Vamos lá para frente. Quando se define os parques aquícolas, se define alguns lugares. Nós temos também o pedido de muitas pessoas na questão ali de Barra Bonita e que não está sendo abrangido aqui pelos parques aquícolas, as Billings não está sendo abrangidas. Aí vem falar: "não, a Billing já está contaminada", isso não é problema nosso, Guarapiranga, isso não é problema nosso, problema de quem vai tirar os dejetos

que já foram colocados no local é problema de fiscalização e de que haja um regramento...

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - ...Me permite um aparte, deputado?

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Pois não.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - ...Deputado, até para contribuir aqui com o deputado Sebastião, seria interessante incluir os reservatórios tanto Billings, esse aí é a sessão cinco, artigo dez. É importante incluir os reservatórios tanto da Billings quanto da Guarapiranga até porque uma vez eles fazendo parte deste escopo todo, tanto os monitoramentos de água quer seja, monitoramento de oxigênio, fósforo, etcetera, aí sim trará uma política de fiscalização mais efetiva e mais atuante. Porque da forma que está hoje, se você for lá hoje e olhar no Guarapiranga, voltamos a ter coisa que não tinha há muito tempo, que são os aguapés, os seja, estamos regredindo muito nisto aí. Obrigado pelo aparte, deputado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de continuar, deputado, eu queria convidar para fazer da Mesa o Sr. coronel Rogério Xavier da polícia ambiental, que sente-se ao lado do secretário, por favor. E anunciar também a presença do deputado Roberto Engler que se encontra entre nós. Os outros deputados eu já anunciei. Por favor, deputado.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Obrigado. Então a questão da Billings, ela fica fora, ficam criados parques aquícolas estaduais nos reservatórios, ela está fora. Mas eu quero fazer lá uma produção de lambari, como hoje já existe, a venda do lambari da Billings no riacho grande e existe muitos lugares da Billings que não está contaminado. Por que que eu deixo toda essa área não permitido para um parque aquícola? O de Barra Bonita também, o Alto Tietê também.

Já no artigo 14 também, mesmo da sessão cinco, nós temos aqui: caberá a Secretaria de Agricultura e Abastecimento proceder o levantamento dos dados iniciais necessários para a operação dos empreendimentos, de modo a possibilitar o efetivo monitoramento da qualidade da água, respeitadas para tanto as normas constantes de resolução do Secretário de Meio Ambiente a ser editada em 30 dias, contados da data da

publicação deste decreto. Então o tempo aqui, nós não temos ainda um estudo de uma minuta para conhecimento. Como 30 dias nós podemos tirar toda a aquicultura do estado de São Paulo fora de funcionamento. Porque a maioria das aquiculturas hoje não estão dentro da legislação porque eles não conseguem se legalizar. Então o tempo aqui é muito curto para um decreto que vai ser fiscalizado como está previsto.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Um aparte aqui, secretário, aqui no artigo 15: parques aquícolas estaduais deverão ser demarcados no prazo de 24 meses contados a partir da data da publicação deste decreto. É (ininteligível) de todos nós o quê? Passamos por um longo período de estiagem. Ou seja, o retorno aos níveis normais anteriores é geralmente próximo, senão superior a 24 meses. Ou seja, isso por si só já não bastaria. Se eu for pegar parte do Rio Tietê lá para cima, a parte do reservatório da zona norte, Cantareira, ele vai mais de dois anos ali só para se recompor ao que estava, imagina nas outras regiões. Ou seja, 24 meses é um período demasiado curto. Ou seja, que critério terá nessas áreas, como será feito isso aí? Daqui a 24 meses temos um monte de região neste período de estiagem já não está como estavam antes, você pegar três anos atrás era uma realidade, hoje é outra e em 24 meses isso não vai se resolver.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Me permita, antes de passar a palavra novamente ao deputado, convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Otávio Okano, presidente da Cetesb, faz o favor, sentar ao meu lado à esquerda. Por favor, deputado.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB – Então, no artigo 20 também das sessões seis, ele fala que: caberá ao secretário de meio ambiente juntamente com o secretário de agricultura e abastecimento por meio de resolução definir o quê? O licenciamento. Essa resolução já existe uma minuta? Já que ele vai ser após a assinatura do decreto. Nós temos condição de ter conhecimento desta minuta?

Também no inciso segundo, mesmo artigo, o estudo técnico a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser indiciado no prazo de 90 dias a contados do recebimento pelo empreendedor da notificação pela Cetesb do não atendimento às exigências contidas no inciso segundo, retro, e deverá ser concluído no prazo de 18 meses e seu início, sobre pena de determinação de encerramento das atividades. Este prazo é muito pequeno. Se nós vamos mexer com a questão da poluição que houve ali no local, nós

precisamos de um tempo maior aqui, de um prazo maior, com fiscalização em cima deste prazo. 18 meses é muito pouco, 90 dias é muito pouco.

Lá também, no artigo 23, inciso segundo, caso haja indeferimento do pedido de licença para empreendimentos da aquicultura existente, o empreendedor terá o prazo de seis meses para efetivar a sua completa desativação. Também o prazo ele aqui é muito pequeno para você remover todo um equipamento construído no local. Como eu vou desmontar lá um frigorífico com todos os equipamentos em seis meses? Eu não vou conseguir levar isso para lugar, eu não vou conseguir renovar o local. E além disso nós temos itens que por ser um decreto que regulamenta a aquicultura, não podemos deixar ser como foi nos outros passados. Nós sabemos das espécies? Sim. Gostaríamos de saber quais são as espécies que serão produzidas no nosso estado porque os outros estados estão pegando do nosso estado tudo o que poderíamos estar produzindo.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Aqui também, secretário, o que ficaria faltando aqui... Eu não vejo aqui a possibilidade do empreendimento tentar tornar-se viável, não é facultado a ele. Assim: “o que eu tenho eu fazer para tornar isso aqui viável? Para que possa ser medida a licença”. Só falar assim. “Não pode, vai ser atuado, você tem tanto tempo para fechar”, também bem. Qual seria a opção para ele se regularizar.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - E aí eu quero só acrescentar...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...o deputado Zico está pedindo um aparte atrás do senhor.

O SR. JOSÉ ZIZCO PRADO - PT - Não, eu vou esperar o deputado Sebastião, como diz Vossa Excelência.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Para finalizar, nós, desde o primeiro decreto, temos debatido que a (ininteligível) é uma piscicultura, é uma aquicultura e que não é reconhecida em um decreto de aquicultura. Não interessa o tamanho dela, não interessa onde vai ser produzida, mas ela é uma aquicultura de peixes ornamentais e que não é reconhecido, mas quem é fiscalizado. Então se é fiscalizado, tem que reconhecer neste decreto da aquicultura também estes produtores, que não são poucos, são muitos

no nosso estado e que exportar para país... E muitos deles vão lá fora buscar espécies para poder trazer para cá matrizes porque ele não pode produzir a matriz.

Então acho que falar de um decreto não é falar apenas de uma espécie, é falar de todo um decreto para regulamentar como tem que ser realmente a aquicultura. Se o decreto que está aí ele precisa ter rapidez, ótimo, então nós vamos colocar mais tempo a ele, mas dar a condição de todas as pessoas envolvidas participarem de uma ampla discussão no estado e fazer algo, realmente, que seja definido, mas que seja bom para ambas as partes, não apenas para uma parte ou para outra. Eu estou cansado de sentar em uma Mesa de discussão onde a Secretaria, muitas vezes, coloca um promotor dizendo assim: “eu não quero”, como várias vezes já participei, o promotor disse: “se fizer eu fiscalizo. Se fizer eu faço tirar”. Então isso aí eu acho que tem que acabar, eu acho que a V. Exa. vem aqui hoje para ouvir um anseio e eu já estou na aquicultura, na pesca há 20 anos. O deputado Zico Prado tem mais tempo ainda. Então nós estamos com pessoas aqui, a deputado Ana do Carmo conhece a represa Billings e tem o anseio dos produtores lá enorme. O Miltinho, Guarapiranga. O Hélio Nishimoto conhece todo um grupo que quer... Jurumirim. Exatamente deputado.

Então nós estamos aí na verdade com um anseio, secretário, de que o senhor que nos deu esta aberta, que deu a abertura aqui ao deputado Itamar Borges a quem eu quero parabenizar, o deputado Carlão Pignatari que não está aqui, por realmente lutar, por ir lá. Porque eu sou sincero, secretário, a última vez que eu fui na Secretaria de Meio Ambiente e discuti uma questão dessa, eu fui atendido pelo assessor do assessor. Não sabia nem o que é que ele estava falando. Então a intenção não era apenas convocar e depois trazer aí um pedido para que o senhor pudesse olhar com carinho esta Casa, mas a intenção era abrir uma CPI para ver porque o estado de São Paulo não produz e não deixa produzir, sendo que os outros estados têm uma legislação específica, legislação essa que a maioria dos senhores que estão lá atrás, que são produtores, já trouxeram minutas que são leis em outros estados e que não são aceitas de forma nenhuma pelo estado de São Paulo.

Agora, se lá tem contaminação, aqui também tem e aqui contamina muito mais com a cana, com seus aviões que passam ali derrubando os pesticidas, do que com o fósforo proveniente realmente da aquicultura. Porque quando se chega no lugar, já está contaminado pelo o que já caiu e que foi levado para o rio. Então eu quero agradecer a vinda de V. Exa. aqui, sei que o senhor traz uma outra visão, porque senão o senhor não estaria aqui, porque nós já pedimos para secretários estarem aqui conversando sobre

este assunto e não vieram. Teve um deles que eu tive que pegar dentro do avião do governador, levar dez centímetros de papel e entregar na mão do governador: “está aqui. Ou o senhor vai tomar uma atitude nesta situação, ou o senhor não vai entrar mais nestas cidades ribeirinhas. Porque toda a vez que o senhor for entrar, eles vão fazer uma manifestação contra o decreto que foi assinado no estado de São Paulo”, e o governador atendeu e fez com que o secretário saísse da sala dele, fizesse uma resolução e chamasse os interessados para que três peixes fossem tirados da lista de extinção do estado de São Paulo.

Então são coisas, secretário, que hoje o senhor traz uma novidade para nós. E eu quero dizer da minha parte, não posso dizer em nome dos meus amigos aqui, dos meus pares, mas que pela primeira vez nós estamos vendo e queremos ouvir um posicionamento a favor do estado de São Paulo. Quando não se inclui a fazenda também, a Secretaria da Fazenda no estado de São Paulo para que possa liberar recursos para os produtores aqui, é uma falta muito grande que nós temos, porque nós temos aí programas específicos que poderiam estar trazendo recursos para se produzisse melhor, com mais qualidade e que desse condição aos nossos produtores do nosso estado porque eles são heróis. Os produtores que estão aqui no fundo deste plenário, eles são heróis. E se o senhor conversar um pouco com eles, teti a teti, o senhor vai ver o que eles já passaram, o quanto eles já fugiram o quanto eles tiveram que fazer para manter as suas casas, suas famílias, manter seus funcionários.

Então quero só agradecer a vinda do senhor, a vinda de todos aqui e dizer que contamos com V. Exa., contamos mesmo. Nós estamos aqui desabafando, nós não estamos em uma reunião realmente, nós estamos desabafando com o senhor que a aquicultura no estado de São Paulo ela precisa viver, ela precisa se estabelecer no nosso estado e precisa ser conhecida como é reconhecida lá no Piauí, a produção dos peixes redondos e que aqui muitas vezes nós não temos o reconhecimento. Eu só tenho a agradecer presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra ao seu secretário, o deputado Zico tinha pedido um aparte, em seguida passamos ao secretário e aí vamos ouvir os Srs. Deputados. Com a palavra o líder do PT na Casa, José Zico.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Primeiro eu quero cumprimentar o secretário, o senhor, ao coronel, dizendo que é uma das poucas vezes que nós temos a oportunidade de discutir a piscicultura no estado de São Paulo, aqui na Assembleia Legislativa. Eu falo isso porque sempre defendi que o estado e São Paulo pode ser um dos grandes produtores de peixe no Brasil. Nenhum de nós aqui foi educado a comer peixe porque nós fomos criados para comer carne de boi, de porco, de frango, mas peixe muito pouco.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Ou não comer carne.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Ou não comer carne. Mas nós fomos. E eu estou dizendo isso, não só porque nós precisamos ser educados a comer peixe, mas principalmente por entender que hoje a piscicultura pode se tornar uma fonte de renda para o pequeno e o médio produtor rural que vai tirar ele, muitas vezes, da miséria. Hoje os assentados, os pequenos sitiantes, nós temos mais de 200 mil famílias no estado de São Paulo que são pequenos produtores e estão lá encurralados com áreas que podem muito bem ser servida de uma nova atividade que é a piscicultura. E esta discussão não está sendo feita agora. Nós começamos a fazer isso em Santa Fé do Sul, o Itamar ainda era prefeito em Santa Fé quando nós estivemos lá em 2002, final de 2003. O Frietz, ministro da pesca. Ele nem era ministro era secretário naquela época. Depois foi o Grigolini...

Nós achamos que o estado de São Paulo é muito rico nisso, mas não dá para ficarmos pensando só em tanque e rede. Eu estou aqui para discutir também o tanque escavado. Eu vi muita pouca coisa aqui. Eu também não tive a oportunidade, Tião, Sebastião, eu estou me corrigindo aqui porque o presidente já... Eu estou querendo dizer com isso que nós podemos tirar muitas famílias da misérias se nós estivermos sem afetar o meio ambiente. Porque se você não preservar o meio ambiente, você não preserva o peixe também. Então as duas coisas têm que ser muito casadas, tanto a piscicultura quanto o meio ambiente.

E acho que nesta questão, quando o governador fez este decreto, se eu não me engano, em 2012, 2011, 2012 este decreto, nós fizemos uma discussão, de 2012 para cá já passaram quatro anos e nós não vimos dar um passo no estado de São Paulo em favor do que a gente possa fazer ou explicar para qualquer agricultor o que ele tem que fazer. Quantas vezes nós não (ininteligível)... Itamar com certeza, o Sebastião com certeza,

todos nós aqui com certeza sabemos da importância que tem isso para o pequeno produtor.

E hoje o agricultor tem muito mais medo de provocar qualquer dano ambiental, não é que ele é educado, ele tem medo, que é errado, ele deveria ser educado a preservação ambiental do que ter a capacidade de estudar junto com a Secretaria do Meio Ambiente, quais são as possibilidades, a preservação da natureza, a preservação das nascentes, tudo isso. Porque também o coronel está aqui, é boa a oportunidade, muitas vezes a polícia só repressiva e não educativa. E isso é muito ruim para o pequeno produtor porque ele faz não porque ele está consciente, muito mais com medo da polícia do que está. E isso não nos ajuda a desenvolver um papel que o pequeno e o médio produtor poderia ter na questão ambiental e na questão de adquirir renda na sua propriedade.

Eu estou dizendo isso porque acho que não esgota aqui, secretário, não esgota aqui esta discussão. Porque muitas vezes como acontece na Secretaria da Agricultura, como acontece em outras Secretarias, muitas vezes essa questão da legislação é feita dentro de quatro paredes e quando for aplicada lá para o pequeno e para o médio produtor lá na agricultura, ela encontra dificuldade enorme. Foi isso que aconteceu no decreto. Então qual é a minha sugestão, se é que eu possa dar, secretário, que estabelecesse uma parceria, porque nenhum de nós aqui, nenhum dos Srs. Deputados que estão aqui querem fazer qualquer degradação na questão ambiental, ao contrário, nós queremos ajudar a fiscalizar. Para fazer isso, que nós tivéssemos condições claras, bem transparente, que quando qualquer deputado que for fazer uma visita em qualquer região, tenha condições de explicar claramente o que pode e o que não pode.

Eu vi em um trecho aqui que está tudo escrito na internet e eu conheço um lugar que a internet não chegou ainda, aqui no estado de São Paulo, vai no Vale do Ribeira, onde tem tantos e tantos pequenos produtores. Cananéia e assim por diante. Então o que nós precisamos, claramente, é ter condições que os deputados ajudem a Secretaria do Meio Ambiente, ajude a fazer uma lei, uma legislação definitiva para o estado de São Paulo com a parceria daqueles que mais precisa que é o pequeno e o médio produtor e aqueles que querem fazer aplicação da questão, viver um pouco da piscicultura no estado de São Paulo, que é uma grande fonte de renda, uma grande fonte de renda.

Eu não vou poder ficar aqui porque tem Colégio de Líderes...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Mas já chegou um substituto ali que é o Luzi Fernando, que já está... Conforme o senhor levantar ele já está sentando na sua cadeira.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu estou dizendo isso porque eu gostaria muito, secretário, de dizer que eu quero acompanhar de perto essa...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...ele aguarda. Deputado Zico, o senhor aguarda primeiro o Itamar falar, depois ele vai responder? O senhor tem que aguardar, o senhor perguntou.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Depois tem aqui.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Tem quem?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O Luiz Fernando, só porque você falou foi embora.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Ficou assustado, o jeito que o senhor ficou falando. Assustou. Eu sugiro que o senhor aguarde um pouco...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - ...Eu estou dizendo isso, secretário, porque eu também posso marcar uma ida lá, também não quero incomodá-lo, é uma preocupação, eu tenho outro compromisso, tenho o Colégio de Líderes, eu preciso estar lá.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu estou vendo, pelo o que o Sebastião colocou não é coisa pequena. Eu estava pensando que era...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - ...Não é uma coisa qualquer presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Mais uma reunião com a comissão e com os técnicos...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - ...Nós estamos mexendo aqui com vidas e vidas de pequenos e médios produtores.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O que preocupa é aquela questão da extinção, porque se está em extinção, está em extinção, anotem o que

discutir. Devem ter técnicos que já analisam quem está em extinção, estes aí não têm como tirar da lista de extinção.

Mas acho que o debate é saudável, acho que nós temos que ampliar e ter outras reuniões. Porque o secretário vai se pronunciar naturalmente a respeito, mesmo assim como são muitos detalhes, nós não vamos conseguir fechar aqui essa questão. Mas antes de passar ao secretário eu pediria só um minuto a presença do deputado Zico, líder do PT, para respeitar e prestigiar o deputado Itamar Borges, por favor.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Obrigado, presidente. Quero cumprimentar a todos os nobres pares. Cumprimentar e saudar aqui o secretário Ricardo Sales e toda a equipe, presidente da Cetesb, equipe da Cetesb, comandante da Polícia Ambiental também aqui representantes. Aqui representantes da Secretaria da Agricultura, do Instituto de Pesca e as entidades.

Eu quero ser bem breve, presente, cumprimentar meus colegas deputados. Parabenizar o deputado Sebastião Santos pela iniciativa e pela sempre preocupação. Deputado Sebastião Santos participou desde o início desta luta, sempre muito envolvido, não só aqui, mas em algum momento também. Vejo Marquin aqui através do ministério, a superintendência da pesca aqui em São Paulo, isso é muito importante esta contribuição e o envolvimento de todos. Também na comissão nossa que eu presido nesta Casa, que discute diretamente quando se trata da área econômica do agronegócio e que fazemos parte. Está aqui presente o deputado Zico Prado que já foi presidente desta comissão e que já solicitou e tivemos aqui audiência pública sobre esse tema, juntamente com a deputada Ana do Carmo, deputado Hélio Nishimoto, enfim, deputado Milton, deputado Salim, Celso, todos fazem parte aí desta luta.

Mas eu quero ressaltar aqui, presidente, que depois mais de dois anos, acho que estamos indo para o terceiro ano já desta tentativa ou desta busca do governo do estado através das duas secretarias, de agricultura e meio ambiente, porque é um decreto das duas secretarias, de simplificar e dar condições a regulamentação, da organização do setor. O governo na última oportunidade até coincidentemente nasceu e surgiu esta questão porque as entidades aqui presentes solicitaram uma audiência pública aqui nesta Casa da Comissão de Atividade Econômica, fizemos uma audiência, deu tão certo naquele dia que saímos aqui da audiência, os deputados que puderam fomos todos para o Palácio, abordamos já o governador, o secretário Arnaldo Jardim, e na oportunidade a Secretaria de Meio Ambiente não se fazia presente, ainda não era o secretário Ricardo

Sales, a secretária Patrícia não estava presente naquele dia. E naquele momento já levamos a reivindicação do setor, porque naquele dia da audiência pública estava vencendo o prazo do decreto, teria que ser reeditado o decreto. O governador anunciou que reeditaria na sequência, em um prazo mais curto, já chamou o secretário Arnaldo Jardim, Rubens Risek com o setor, ligou na hora para a Secretaria de Meio Ambiente. E depois quando o secretário Ricardo Sales assumiu, foi uma das primeiras missões que ele colocou na mão do deputado Ricardo Sales que era a preocupação não só desta prorrogação do decreto por quatro meses, mas também que resolvesse esta questão. Posso estar cometendo a falha de dizer que o secretário não era secretário no dia, não estou a precisão da data aqui, secretário Ricardo Sales.

Eu faço esse histórico para dizer que tudo isso, daquele dia, o governador pediu que a Secretaria da Agricultura sentasse com o setor, construísse uma minuta e da construção desta minuta encaminhasse essa minuta para a Secretaria de Meio Ambiente para que a Secretaria de Meio Ambiente pudesse rever. Eu queria, até está aqui os representantes do setor que poderiam falar um pouco sobre isso. E aí foi, está aqui o (ininteligível), que representa a Secretaria de Agricultura, sentou com o instituto de pesca, com todos os representantes do setor e fizeram, construíram uma minuta. Essa minuta foi para a Secretaria de Meio Ambiente e ali o secretário Ricardo Sales passou a liderar esse processo com muita competência, com muita eficiência, com muito bom senso, uma condução muito correta, muito aberta a tudo. E avançou de forma muito importante, contemplando, não posso dizer 100, mas 99%, se a unanimidade ela não existe ou é difícil existir, mas 99% daquilo que vem ao encontro ou no anseio do produtor de um modo geral respeitando as questões ambientes quando se refere a resoluções ou legislação federal, enfim, uma série de questões.

Existe aí um outro ponto, que eu estava até ouvindo o setor e os deputados colocarem aí com relação a preocupação, que é um ponto que vai ser colocado para eles, mas eu acho que é muito importante registrar isso, que por mais que tenha essas colocações que foram feitas aqui, eu não consigo detalhar, o secretário pode ser que consiga já identificar os pontos colocados, se isso já está resolvido ou se isso... Eu vi, por exemplo, um ponto colocado, deputado Sebastião Santos, com relação a Secretaria da Fazenda, que aí eu acho que teria que ser uma outra ação, porque a Secretaria da Fazenda acho que não caberia nesse decreto aí, nesse ponto. Mas eu acho que aí com a sua liderança, com o envolvimento de todos nós, nós temos que buscar também essa questão tributária que as entidades estão, inclusive, construindo um encaminhamento,

porque o tratamento tributário dos estados vizinhos está inviabilizando, muitas vezes, a situação aqui no estado de São Paulo, mas é uma questão que não é nesse palco aqui ou nessa comissão, se assim podemos dizer.

Eu coloco tudo isso, presidente Roberto Tripoli, porque nós estamos aí com um mês para vencer esses 120 dias, pouco mais de um mês e é fundamental que tenha essa regulamentação porque o setor também prorrogar o decreto não é bom para o setor. Prorrogar o decreto não é bom para ninguém, nem para o governo, para lado nenhum. E chegou no ponto mais próximo do ideal, me parece. E acho que esse momento aqui poderia, esclarecendo esses pontos do deputado Milton, do deputado Zico, do deputado Sebastião e mais alguma colocação que possa ter do setor, o secretário Ricardo Sales dá esse encaminhamento final. Porque ainda tem um outro ponto, o secretário Ricardo Sales pode falar isso, que concluída essa parte das duas secretarias, passa agora pela questão da procuradoria, enfim, das análises da área parlamentar da Casa Civil lá que vai dar uma última redação, e é claro que sempre com o acompanhamento da Secretaria, que vai dar o arremate final.

Eu coloco dessa forma para dizer, eu estou muito assim, do tempo que eu vivi. Eu comecei a viver esta realidade como prefeito, como o Zico disse muito bem, com ajuda muito grande do deputado Zico Prado, desde o início lá, enfim, aqui Marilza, Emerson, Martinho e tantas lideranças do setor que se fazem presente. Eu acho que nós precisamos encaminhar e dar o apoio para que esta questão se feche da melhor forma possível e entendendo quais são esses pontos aí específicos e de que forma pode ou não pode, dá ou não dá, encaixa ou não encaixa em uma solução. Queria mais dar essa situação, não sei se eu entrei na fala do secretário aí, mas foi para poder passar um pouco dessa retrospectiva.

E por fim, eu vi aqui o deputado Zico falando de uma legislação definitiva. Com relação a legislação definitiva, existe tramitando nesta Casa, e aí eu entendo que ele é pós decreto, por isso eu acho que temos que buscar o ideal e contemplar um ou outro ponto que possa ser, eventualmente, dentro da possibilidade de ser contemplado nesse decreto para ele ser finalizado, mas tem aqui um Projeto de lei que é o 408 de 2012 de iniciativa do deputado Sebastião Santos, Zico Prado, Ed Thomas, Edson Ferrarini, Reinaldo Augusto, Hélio Nishimoto e eu assino junto. Um projeto de lei de nossa autoria... Eu estou estranhando a ausência do nome do deputado Barros Munhoz aqui, mas ele assinou também. Dispõe sobre a regulamentação da piscicultura e reconhece como atividade de interesse social e econômico e estabelece as condições para o

desenvolvimento sustentável da produção piscícola no estado de São Paulo. Esse projeto de lei que tramita aqui ele pode ser e deve ser uma prioridade nossa, com a sua ajuda, presidente Roberto Tripoli, para ser o próximo passo depois desse decreto. Eu acho que seria aí uma situação para a gente caminhar nesse sentido. E aí dentro dele aperfeiçoar eventuais pontos que possa não ser aperfeiçoado. Mas claro que, tenho certeza que o secretário Ricardo Sales com a sua competência, eficiência, experiência jurídica e com a forma que tem conduzido muito bem a Secretaria de Meio Ambiente, vai ver a possibilidade de acatar e de acolher aquilo que for possível e encaminhar para essa finalização desse decreto. Era a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Agradeço a palavra então. E antes de passar aos outros deputados, vamos então ouvir o Sr. secretário Ricardo de Aquino Sales, com a palavra.

O SR. RCIARDO AQUINO SALES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e membros da sociedade, setor produtivo. Em primeiro lugar as minhas desculpas pelo atraso, mas nós estávamos tentando defender um pouquinho o meio ambiente e tivemos também o contratempo do meio ambiente, que foi um vento muito forte, nós viemos de helicóptero do interior. Nós estivemos em Rio Claro, na (ininteligível), na reserva e de lá fomos a Itirapina, infelizmente em uma invasão de terra que está lá na unidade do instituto florestal.

Enfim, tivemos aí um contratempo, mas felizmente estamos aqui e estamos aqui por diversas razões. Primeiro, graças ao convite o qual agradeço muito de todos e em especial do deputado Sebastião Santos, que teve a gentileza de nos ajudar, inclusive com o envio da sua equipe, do Marquinhos, lá na secretaria para trazer insumos e subsídios a esse material que foi elaborado.

Estou vendo aqui o Itamar Borges, o Chico Sardelli infelizmente saiu, Milton Leite, nosso decano deputado Curiati, querido deputado Curiati. E entendo que o momento é... Estão aqui todos do setor que estiveram lá conosco, Henrique Sauzano, Martinho, enfim, o (ininteligível) que esteve acompanhando o Rubens Risek e o pessoal do instituto de pesca nas reuniões que fizemos até agora. E o objetivo, Tripoli, era justamente o de tentar dentro do possível e na ótica de que ótimo às vezes é inimigo do bom, nós tentamos fazer aquilo que era possível a luz de uma série de restrições, restrições de várias ordens, restrições econômicas, restrições temporais, como o

deputado Itamar levantou aqui a cronologia do decreto e restrições legais. Inclusive, onde há conflito, vamos dizer assim, normativo entre questões de cunho estadual e regras federais notadamente a resolução de Conama, normas de rios da ANA. E eu estou citando isso porque o deputado Sebastião Santos levantou a questão dos rios e eu acho que está corretíssimo, está perfeito, o problema é que nós temos aí só uma limitação que a gente pode construir juntos como, vamos dizer, da a conformação da legislação estadual com a competência federal.

Como o deputado Zico eu sei que tem que sair, eu queria dar uma palavra de total e absoluta concordância e acima de tudo colaboração nossa da Secretaria do Meio Ambiente. O aspecto, vamos dizer, social, de interesse social, geração de empregos e essa possibilidade de gerar renda para essas 200 mil famílias do nosso interior, é se não o principal, certamente um dos principais motivos pelo qual nós nos dedicamos a fazer esse trabalho da forma mais, tentamos fazer da forma mais expedita possível. E trazer aqui a Assembleia, nesta Comissão de Meio Ambiente, as ideias que foram ali discutidas. Para quê? Para serem aprimoradas. Porque essa frente de pesca a qual o deputado Sebastião Santos vem se dedicando há tanto tempo, tem um conhecimento certamente muito maior que o meu, por exemplo, da questão da pesca.

Eu agradeço, inclusive, a presença do Dr. Okano e do coronel Xavier, porque esse assunto é um assunto multifacetário, é um assunto que envolve fiscalização, licenciamento, recursos econômicos como bem colocou o deputado Sebastião Santos. Quer dizer, o apoio financeiro a essa atividade, como colocou o deputado Zico Prado, é uma atividade tão importante para a sociedade, é mais do que justificável, diria que é até necessário que haja algum empenho financeiro em dar suporte a essa atividade. Com qual visão? Com a visão de que ao estado cabe facilitar a atividade econômica, facilitar a geração de renda e de empregos, desburocratizar a atividade, seja ela qual for e a aquicultura talvez uma das mais sensíveis é essa burocratização que é endêmica da visão estatal das coisas. Então o nosso papel é, acima de tudo, reduzir a atuação do estado naquilo que lhe é essencial, indispensável, e naquilo que ele não é essencial, indispensável, tirar a atuação do estado. Quanto menos estado, quanto menos conceitos estatais sobre uma atividade que é eminentemente privada, melhor, porque ninguém melhor do que o próprio empreendedor para gerar renda, empregos, enfim, desenvolvimento econômico a partir das suas próprias iniciativas e da sua visão de mundo. Essa é a liberdade de empreender a liberdade, a livre iniciativa que nós devemos prestigiar em todos os setores e não sem razão aqui na aquicultura.

Com relação as questões pontuais do decreto, como eu disse a pouco, o que nós tentamos fazer e foi de certa forma um desafio para nós? Nós pegamos a legislação da maneira como ela estava, item por item e fomos tentando decifrar, vamos dizer assim, os pontos de conflito. Onde havia consenso, passamos em frente, onde havia conflito fomos discutindo o porquê. E por que fizemos assim? Porque é uma questão que para mim me parece indissociável do tema é que nós temos um sistema ambiental paulista, ou seja, são órgãos, em que pese a sua independência jurídica, vamos dizer, estatutária, eles estão subordinados a uma política, uma visão de proteção ao meio ambiente que se coaduna com o desenvolvimento do estado, que se coaduna com os diversos princípios norteadores do nosso desenvolvimento econômico.

Muito bem. Cetesb, Polícia Militar Ambiental, na parte ambiental evidentemente, Instituto Florestal, Fundação Florestal e por aí vai, são, eu diria, corpos, instituições que fazem parte de um todo que é sobre o ponto de vista de organograma, capitaneado pela Secretaria do Meio Ambiente em parceria com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Este é um trabalho essencialmente de parceria, deputado Milton Leite Filho, é um trabalho de parceria que a Assembleia exerce melhor do que qualquer um. Vocês que estão aqui do setor, têm na Assembleia os representantes do segmento, os melhores representantes que o segmento pode ter estão aqui e são, portanto, aqueles que representam os anseios da atividade produtiva.

O que nós fizemos lá e de certa forma um termômetro também, só um pequeno retrospecto do que eu encontrei lá logo que nós chegamos. Lembrando que eu tomei no dia 18 de julho, portando não faz dois meses. Nós encontramos uma situação exatamente como bem descrita pelo deputado Itamar Borges, que foi um dos primeiros a ascender a luz vermelha nesse assunto lá para nós, o deputado Sebastião sabe disso porque também nos forneceu diversos elementos aí para formar, vamos dizer assim, o esforço que aqui se concretiza. O que nós percebemos lá? Cada braço do sistema ambiental paulista tinha uma opinião diferente sobre o mesmo tema. Quer dizer, como é que você pode ter uma política pública, a mais perfeita possível para o setor, mais estruturada possível para o setor se dentro de casa estava batendo cabeça? Se dentro de casa cada um, supostamente no uso e atribuição das suas prerrogativas resolveu desenhar um mundo ideal no horizonte. Isso não é possível. Então o primeiro trabalho que nós fizemos lá foi dizer o seguinte, olha, de Polícia Militar Ambiental, Cetesb, Fundação Florestal e eu já, já vou entrar no detalhe da fundação porque a aquicultura também tem atividades junto a áreas de unidade de conservação, os planos de manejo

tem reflexo direto em algumas áreas ligadas a aquicultura, zonas de amortecimento e tudo mais. Cada um puxando a corda para um lado, resultado, a gente não vai para lugar nenhum.

Então a primeira coisa foi: “vamos ouvir o setor, vamos ouvir o que a agricultura, de maneira muito ponderada, muito bem estruturada pelo deputado Arnaldo Jardim e pelo Rubens Risek que foi também secretário do Meio Ambiente, sabem bem, como eles trouxeram esses temas para nós”. Então fomos passando essa peneira no decreto, item por item e os principais pontos de conflito a gente parava o decreto projetado na tela, realmente um trabalho de escolinha lá do professor Raimundo, vamos ver qual é o problema da redação do decreto: “o problema é o termo, o problema é o prazo ou o problema é, vamos dizer assim, um enfoque equivocado da questão como um todo”. E nós fomos passando, fomos limando, vamos dizer assim, a legislação de tal sorte que reduzimos aos poucos e em algumas conversas, esse campo de divergência, vamos chamar assim, ao mínimo possível.

É evidente que um tema que envolve competências multidisciplinares, vamos dizer assim, quer dizer, de meio ambiente, águas, emprego, questões regionais muito diferentes, quer dizer, Santa Fé do Sul tem as suas peculiaridades, aqui a Guarapiranga, a Billings como colocou o deputado Milton Leite, tenha uma outra realidade. E é até interessante colocar isso e muito pertinente pelo seguinte, uma das maiores preocupações do governador hoje é a Billings e Guarapiranga. E é preciso dar finalidade econômica, portanto esta atividade de aquicultura está absolutamente alinhada com a visão de atividade econômica para um reservatório, digamos assim, que precisa ter o mínimo de sustentabilidade.

O Projetos Nascentes que é muito importante, reconhecido internacionalmente pelo Bid e tudo mais, ele agora se volta um pouco para a área específica de Billings e Guarapiranga. De que forma? Tentando reconstituir algumas margens que foram degradas. Uma das primeiras ações, senão acredito a primeira ação, coronel Xavier, que nós fizemos juntos logo depois que eu assumi, foi justamente na beira da Guarapiranga em uma ocupação irregular que tinha acabado de acontecer fazia dois dias. Do dia para a noite aterraram uma parte de manancial na beira do parque Guarapiranga e começaram a construir ou lotear e o coitado dos adquirentes de boa-fé foram lá dando dinheiro para o loteador irregular na beira da represa, na beira, assim, questão de metros. Então é um trabalho complexo, é um estado grande que tem nesse caso, especificamente, vamos dizer, uma questão jurisdicional com as prefeituras ou com a

prefeitura naquele caso, então a fiscalização é bipartide, estado e município. E, digamos assim, foi a primeira ação efetiva de campo que nós fizemos, foi justamente na Billings em Guarapiranga para mostrar a importância que Billings e Guarapiranga tem para nós. Mais ainda e aí eu só tenho a agradecer por ter levantado esse assunto, porque eu gostaria até de receber esses exemplos do riacho grande para tentarmos contemplar e aqui já entrando nas críticas ao decreto propriamente dito, fazer adequação de quais são os parques aquícolas, vamos dizer assim, que podem e devem ser contemplados pelo decreto.

O que eu entendo aqui, e se quiserem entrar nos pontos específicos que forma citados eu estou à disposição e vamos entrando um por um. Se quiserem discutir a questão conceitual, acho que nós também podemos ir encaminhando. O que eu percebi aqui das conversas que nós tivemos e o Martinho está ali, o Henrique Sauzano, o Marquinhos nos ajudou naquela reunião, foi verificar o seguinte, é um tema dinâmico. Por quê? Primeiro que... Vou entrar agora em um outro aspecto, a lista das espécies. A lista das espécies, assim, nós temos mundos aqui completamente antagônicos. O setor produtivo, com razão, eu também faria isso se fosse um produtor, queria liberar toda e qualquer espécie em qualquer corpo d'água, em qualquer momento e qualquer situação. E é claro que, evidentemente, do ponto de vista de negócio é correto, porque é a liberdade de empreender elevada à enésima potência, é você fazer tudo o que você pode. Aliás, essa é a lógica do setor privado em comparação do setor público. No setor privado você faz tudo o que a lei não proíbe, no setor público você só faz o que a lei expressamente permite. É o antagonismo do mundo público, do mundo privado.

Agora, qual é o problema? Na outra ponta, na questão mais acadêmica e aí nesse aspecto eu tenho uma preocupação em olhar o Instituto de Pesca. Por que o Instituto de Pesca ficou com essa prerrogativa e formular a lista? Porque a luz da análise do próprio setor seria dentre as autoridades, vamos dizer assim, credenciadas a fazê-lo, aquele instituto, aquela instituição que tem a maior proximidade de modelo de mundo e de visão de negócio do setor produtivo. Porque a prevalecer, de repente, algumas outras visões de outros institutos ou outros grupos, a lista de espécies autorizadas e aí é aquela discussão de estabelecidas ou introduzidas que infelizmente o Queiroz que nos ajudou nessa fórmula, mas está aqui o Sato que está na equipe e o Dr. Okano, nosso chefe na Cetesb, ele tem uma solução inteligente que é o seguinte, tanto faz se são introduzidas ou estabelecidas, esse é um conceito filosófico, vamos fazer uma espécie existe...

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - ...Me permite um aparte, secretário;

O SR. RCIARDO AQUINO SALES - Por favor...

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - ...Até para contribuir. Eu queria saber se existe algum dado levantado. Porque todos nós sabemos que a um tempo atrás tivemos um grande período de estiagem, o estado de São Paulo inteiro. Ou seja, Cantareira ficou volume morto, inúmeros rios secaram. Para onde migraram aquelas espécies que estavam naqueles rios? No reservatório da Cantareira, braço do Rio Tietê, assim como outros tantos no estado de São Paulo. Como vai ser dado o que era nativo ou não a partir do momento que você teve a completa seca? Ou seja, uma vez que aquilo ali secou deixou de ter vida, não tem mais água, o que será estabelecido ali? Será estabelecido um parâmetro pelo que se tinha anteriormente ou poderia ser implementado algum outro espécime. Como ficaria isso aí? Tem algum dado a esse respeito?

O SR. RCIARDO AQUINO SALES - Olha, o instituto de pesca, está aqui o pessoal do Instituto de Pesca para complementar a informação se eu disse alguma coisa equivocada. O Instituto de Pesca tem, de certa forma, o mapeamento daquilo que vem sendo produzido, pelo menos na sua maioria, nos diversos corpos d'água, corpos hídricos. Isso tem como objetivo e eu acho que é importante essa questão realmente, porque é dar um norte maior do que já tem, a fotografia do momento. O do momento, não necessariamente nesses pontos, mas no todo, no estado, enfim.

Eu não sei se houve, eu gostaria que o (ininteligível) se puder, meu caro deputado Tripoli, dar só um esclarecimento. Eu não vi que você estava aqui. Eu gostaria que ele depois dissesse aqui se há casos de extinção ou de esgotamento de espécie em algum corpo hídrico em razão desse problema. Pela manifestação dos ali atrás, do pessoal do setor, acho que não há casos concretos, desde extinção ou desaparecimento de alguma espécie específica em razão da crise hídrica. Mas mesmo assim o que aconteceu lá? Eles têm um mapeamento das espécies encontradas praticamente no estado há anos, mapeamento esse que ficou ou lista essa que ficou, que é estática e esse é o pior dos mundos. O que nós tentamos criar aqui? Uma lista que seja dinâmica, com alguma periodicidade e essa é a razão pela qual ela tem revisões periódicas para permitir

atualização das espécies estabelecidas ou introduzidas que agora são as encontradas. Exatamente.

O que se fez? Uma fotografia do quadro atual, é essa. Se mudar a economia dinâmica, atividade dinâmica, podem ter espécies novas, inclusive as híbridas que foi uma grande discussão, aquelas de objeto de cruzamento e tal, que são mais resistentes, portanto em comparação com as nativas elas prevalecem em uma situação de limite. O que acontece? Essa lista ficou condicionada de que ela será atualizada, de tal sorte que havendo novas espécies a serem introduzidas porque tem maior produtividade, porque se adaptam melhor a aquele corpo hídrico, enfim, por diversas razões se dá ao empreendedor a oportunidade de postular ao Instituto de Pesca dizendo: "olha, quero produzir esta espécie aqui que vem de tal região", ou então: "o resultado desse cruzamento entre espécie, enfim, foi encontrado, foi desenvolvida". Esta oportunidade estará dada, situação em que hoje, no formato atual não. É ou que tem, no critério introduzido estabelecido, ou não pode, esse é o pior dos mundos. E é até, de certa forma, uma legislação equivocada, burra, porque ela transforma, ela deixa estagnado um setor que poderia, e está, à revelia do apoio estatal, infelizmente, está se desenvolvendo e está se mantendo.

A questão dos outros estados, eu acho que o deputado Sebastião colocou bem, um dos grandes motivos -e o Itamar levantou esse ponto diversas vezes lá- que foi por nós considerado para acelerar esse processo foi o seguinte, chega de perder a atividade econômica para os estados. Até porque não tem sentido nós termos aqui uma legislação absolutamente contrária a produção, a questão de renda, lucratividade, geração de renda, enfim, e o estado vizinho, cujo os reflexos, inclusive, da comunicação dos corpos hídricos e tudo mais, vai atingir o estado de São Paulo de qualquer jeito. Quer dizer, é melhor você ter dentro daquela lógica do ótimo inimigo do bom, ter uma boa regulamentação que permite a fixação e o desenvolvimento e tudo mais do produtor no nosso estado, senão você ter uma legislação... Que não era o caso dessa que nós estamos revisando, a legislação não era nada ótima, muito pelo contrário, mas você ter eventualmente uma legislação ótima que todo mundo migra para o estado ou já migrou para o estado vizinho. Eu quero crer que nós estamos bastante alinhados nisso.

Essas questões levantadas, todas elas e que eu fui anotando aqui ao longo das diversas manifestações, todas elas são questões abertas, não há aqui, da parte da secretaria, nenhum tema, vou repetir, nenhum tema dentro desse decreto que seja fechado. O que nós fizemos lá e é importante esclarecer foi, dentro de um certo grau de,

vamos dizer, liberalidade tentar fechar uma minuta melhor possível dentro do prazo mais curto possível inclusive pelo fato de que o decreto foi prorrogado por apenas quatro meses. E está correto o governador em fazer essa prorrogação por período curto, na minha opinião, porque dá o senso de urgência para a matéria. Você prorrogar o decreto por mais 12 meses, quer dizer, é uma questão meio comodativa até do próprio setor e eu conversei isso de maneira muito aberta com todos que estão...

O SR. - ...Secretário.

O SR. RCIARDO AQUINO SALES -Por favor, deputado.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Vossa Excelência me concede um aparte, é rápido. Eu sou o mais antigo deputado desta Casa e coincidentemente eu estava em Abaré, era deputado estadual, médico formado pela Escola Paulista de Medicina e surgiu a represa Jurimirin. E uma empresa multinacional quis instalar uma indústria altamente poluidora. Eu reagi e conseguimos fazer com que a comunidade toda impedisse a instalação dessa empresa poluidora. De modo que eu estou satisfeito. Mas nesta oportunidade, vendo tantos problemas aí sendo apresentados, eu gostaria de sugerir aos nobres deputados presentes, o coronel, o presidente da Cetesb, o presidente da Casa, que fossemos rápido, aprovando o projeto enviado pelo seu governador e depois cada item nós fossemos discutindo e tentássemos resolver. Eu tenho certeza que aí o resultado vai ser favorável. Muito obrigado, senhor secretário

O SR. RCIARDO AQUINO SALES - Caro deputado Curiati. Eu agradeço muito a sua intervenção e acho que está correta a sua visão e eu só tenho a apoiá-la pelo seguinte, essas normas, todas elas são normas construídas para atender uma demanda no seu tempo e naquela, vamos dizer assim, naquela circunstância, naquele contexto. E o que acontece aí? Nós fizemos de um jeito e longe de estar perfeito ou eu estar defendendo aqui que o jeito é o melhor, mas nós fizemos de um jeito que esse dinamismo do mercado e esse dinamismo da realidade possa ser, sem necessariamente ter que ditar um novo decreto, possa ser permanentemente aperfeiçoado através dessas resoluções e portarias das respectivas Secretarias de Agriculta e Meio Ambiente. Por quê? Ao prestigiar essa modalidade que é a resolução/portaria, nós temos um decreto de, vamos dizer assim, linhas gerais, que dá um norte de desenvolvimento, de apoio a

produção e tudo mais, e a possibilidade do setor e dos Srs. Deputados permanentemente, Celso, permanentemente adaptar essa legislação a novas realidades, quer seja para mudar algo que já havia sido decidido e que não se mostrou correto, eventualmente, que é possível, ou aperfeiçoar e trazer coisas novas que o tempo e o estado da arte, da tecnologia, do mercado, do gosto da população, eu espero que a população com esse decreto comece a consumir mais pescado, que a piscicultura atinja o mercado consumidor de maneira mais pujante.. Isso tudo vai impor a nós, Poder Público, a necessidade de atualização da norma, e mais fácil atualizá-la por portaria ou resolução da Secretaria do que efetivamente o rigor da rigidez da norma, neste caso do decreto. Essa também foi uma preocupação.

Do ponto de vista da produção, a Secretaria do Meio Ambiente tem o foco do licenciamento. O licenciamento é matéria inerente à Secretaria do Meio Ambiente. A produção, a estipulação das espécies, do formato de se produzir tanques escavados, que é até uma questão importantíssima aqui que foi contemplada, até cava de mineração para utilização para a piscicultura e uma ideia aí que surgiu dos Srs. Deputados, o que nós fizemos lá? O máximo, nós vamos estiar aqui, esticar no sentido de compor e acolher dentro da norma, o máximo de pleitos do setor produtivo, até o limite de que a norma federal nos impõe. Ora que eu bato no teto que é norma federal, aí é uma questão de conflito de normas, hierarquia das normas e conflito de jurisdição e aí não me parece ser a melhor alternativa se contrapor a uma norma impositiva federal sob pena do quê? Sob pena de nós termos no decreto da aquicultura o mesmo problema do código florestal.

Nós temos hoje uma situação absolutamente absurda de uma norma que foi editada e cuja os efeitos estão paralisados em razão de uma liminar confirmada, posteriormente, na semana retrasada pela sessão do órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, em razão de uma ação ajuizada pelo Ministério Público do Estado que foi o pior e tem sido o pior dos mundos para todos. A situação atual, graças a essa liminar concedida pelo tribunal e confirmada pelo órgão especial é o pior mundo de todos. Nós temos uma norma inconclusa, com os setores produtivos, inclusive aquicultura que estão paralisados. Não atende assim ao setor produtivo, não atende a geração de emprego, não atende a geração de renda e não preserva o meio ambiente. E está aqui toda a equipe da secretaria, que eu fiz questão de convidar para que viessem junto comigo atender esse convite muito gentil que nos fez o deputado Sebastião, para dizer o seguinte: nós também não estamos contentes com essa paralização, não é só a

agricultura ou a aquicultura ou os diversos setores produtivos do estado, nós também não. Porque as compensações, os projetos, inclusive o Nascentes, tão importante, caro Milton Leite, para recomposição da Billings e da Guarapiranga, o instrumento que nós temos que é transacionar, compor, monitorar, implementar, dar prazo para que eles façam, não adianta fazer norma que só fica de pé no mundo da fantasia, a norma tem que ficar de pé na realidade. E a impressão que eu tenho é que o ajuizamento daquela medida judicial procurou traçar uma realidade que não se coaduna, fatos que não se coadunam com a realidade e piro do que isso, fatos que se quer seriam bons no mundo hipotético, quer dizer, não é bom nem no mundo hipotético.

Aqui na aquicultura o que nós fizemos? Fomos no limite do que a legislação estadual e a nossa competência legislativa e jurisdicional permite. A hora que nós encostamos na norma federal e o exemplo aqui eu acho que é talvez aquele mais difícil de compor que é a questão do fósforo, e foi uma discussão exaustiva nossa, eu estou vendo o Henrique Sauzani e o Martinho ali no fundo e nós... Foi assim, no bom sentido do engajamento e tudo mais, foi uma briga danada. Por quê? Porque estavam todos no mesmo esforço de prestigiar o setor produtivo, viabilizar um licenciamento eficaz e por outro lado rápido, coerente, que a norma também precisa ter coerência entre si, entre seus artigos, mas sem ferir a norma federal. Porque a partir do momento que eu ferir a norma federal, no dia seguinte a justiça suspende a eficácia do decreto, se não no todo, pelo menos naquele artigo que está contrariando a norma federal. E aí de novo a analogia com o código florestal, o pior dos mundos, uma norma que não se sustenta.

Tudo isso para dizer, meu caro presidente Tripoli, que esta norma é uma sugestão construída a diversas mãos que agora, felizmente, tem no seu estado atual o crivo, está aberto para o crivo da Assemblei Legislativa, dos deputados que compõe essa comissão de meio ambiente e principalmente da frente da pesca. Por quê? Porque nada, nada será feito por nós na Secretaria de Meio Ambiente em discordância com quem entende dos assuntos. Nós não somos, não vamos inventar a roda, não temos bola de cristal, não somos donos da verdade. E o meu papel tem sido lá dentro do tempo que me foi dado até agora e do que nós temos aqui até o final do mandato, naquilo que me diz respeito que é o trabalho dentro de casa e os meus representantes das diversas casas estão aqui, é dizer o seguinte, aqui nós temos uma visão, teremos que ter uma visão coerente e uníssona. A nossa divergência interna não será prejudicial a quem está no setor produtivo, ou seja, no mundo fora desta casinha chamada sistema ambiental paulista. Um dos aspectos nós temos um feito um esforço enorme lá e hoje foi mais uma parcela

disso lá em Rio claro com a Navarro de Andrade, o parque lá na cidade, foi, por exemplo, de trazer uma noção, trazer uma posição de realismo coerente e respeitoso dos planos de manejo. E que tem especial relação com aquicultura. O plano de manejo eu tive o cuidado de olhar alguns planos de manejo que já foram aprovados e outros que estão em elaboração e é uma maluquice, cada um tem um conceito completamente diferente do outro, uns tratam problemas de agrotóxico de um jeito, outro de agroquímicos, outro trata de mineração de um jeito e é sempre uma insegurança jurídica para a sociedade te rum painel de fundo desse tipo. É preciso ter uma norma clara, curta, o menos intervencionista possível e que fique de pé para que o setor produtivo, diversas áreas e aquicultura principalmente porque é o tema de hoje, tenha segurança para investir e se desenvolver. O papel do estado é atrapalhar o mínimo possível. Garantir aquilo que a lei nos obriga, mas permitir o desenvolvimento. Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem, eu queria fazer o encaminhamento porque nós temos pouco tempo agora, não é? Temos mais 20 minutos aqui porque quatro e meia começa o plenário. Pelo o que eu ouvi... Eu vou dar a palavra à V. Exa. em seguida. Pelo que eu entendi existe um decreto, o decreto vai vencer agora, a questão da lei é difícil porque sabe que a lei para ser aprovada aqui demanda muito tempo, então me parece que o deputado Curiati encaminhou, claro que a lei está acima do decreto, mas a lei para aqui, Comissão de Justiça, Finanças e Meio Ambiente, enfim, até ir à Plenária e votar e do jeito que a Casa está.

Então eu queria fazer o seguinte, como nós temos pouco tempo ainda, eu queria anunciar que se encontra entre nós também representantes da Secretaria de Agricultura, que é o seu Marcos Bertier, A Ricardo Dias, Entidade Peixes, Emerson Esteves, Marilza Fernandez, Câmara Setorial Martinho, Apacla, perdão se eu li errado, Mariuza está aqui entre nós e Instituto de Pesca que é o Vander do Santos, é isso? Essas pessoas estão presentes e têm essas pessoas aqui que se inscreveram. Eu gostaria que ela se pronunciasse, a sociedade civil. Não é uma audiência pública, é uma reunião ordinária da comissão, nós vamos abrir uma exceção, claro que vocês vieram de longe, para que essas pessoas participar também em um espaço curto de tempo. Eu vou chamar primeiro Emerson Esteves.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pois não, com a palavra deputado Milton Leite. Perdão. Antes da palavra, eu tinha esquecido, o deputado tinha pedido pela palavra anteriormente, pois não, deputado.

O SR. - Secretário, mais uma vez obrigado pela sua presença aqui nesta Casa. Eu gostaria de saber, primeiramente, da viabilidade. Existe a possibilidade de serem inseridos tanto o Billings de Guarapiranga no artigo dez?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Com a palavra, o Sr. secretário.

O SR. RICARDO DE AQUINO SALES - Obrigado. Eu acho que aqui de novo é uma questão de jurisdição, nós vamos ali ter que fazer uma análise específica da Secretaria de Recursos Hídricos, ver se isso não conflita com nenhuma norma de aproveitamento da água nesses reservatórios. Acho, da minha opinião, e aí sujeito a verificação dos nossos técnicos que aqui estão, na minha opinião, absolutamente possível, não diria nem só possível, desejável, que haja a viabilização das atividades na Billings em Guarapiranga. Só precisamos verificar e aí eu peço ao Bertier se puder dar uma palavra se há alguma limitação técnica que nos imponha. Eu quero crer que não, mas acho que não havendo limitação técnica, se for uma questão de decisão nossa, acho que é absolutamente possível. Só uma questão aí que é o consumo da água. Como é uma água preponderantemente para consumo humano eu acho que uma questão da hierarquia das normas.

O SR.- Ficaria bem claro que a presunção dela seria o consumo d'água.

O SR. RICARDO DE AQUINO SALES - Exato.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra ao seu Emerson... Pois não...

O SR. - Ainda, o artigo 23, aqui não menciona nada ele possa querer se regularizar, ou seja, que só tenha do momento da punição para frente. Não menciona

nada, falar assim, o que seria necessário, o que é necessário para que eu me torne regular e possa continuar exercendo...

O SR. RICARDO DE AQUINO SALES - Vamos lá, aqui é o seguinte, em primeiro lugar o decreto está em vigor, o decreto atual, portanto a fiscalização já existe, nos moldes do decreto atual. Se a Cetesb ou a Polícia Militar Ambiental, cada uma nas suas competências por fiscalizar, não há nada que possa dizer: "olha, tem um vacatio legis nada, está em vigor. O que nós estamos fazendo aqui? É dizer o seguinte, é algo a mais, esta norma nova será fiscalizada a partir de seis meses da sua publicação, nós estamos dando uma janela de fiscalização que hoje não existe. Se amanhã for uma fiscalização, ela ocorrer. O que está acontecendo aqui? No artigo anterior que é o 21, o que se fez? Foi criar uma metodologia que a grosso modo, eu não vou entrar no detalhe do artigo, mas vou explicar o conceito, qual é a metodologia?

Quer dizer o seguinte, cada um dos empreendedores, novos ou os atuais que já estão, vamos dizer, desenvolvendo atividade, mas não lograram ainda obter o seu licenciamento, quer seja porque tem limitações técnicas, enfim, diversas razões. Eles terão a oportunidade de buscar sua adequação, aí mais obviamente aqueles que já estão atuando. Como? Ele pede o licenciamento na Cetesb, apresenta o protocolo e quando houver, aí o principal problema, porque o enfoque maior aqui não é nem a parte física disso, é a questão do fósforo. Então quando houver um problema aqui de fósforo, por exemplo, o que ele vai fazer? Vai pedir o licenciamento, vai fazer o levantamento daquilo que é a realidade do corpo hídrico onde ele está inserido, e vai ter a oportunidade de apresentar, inclusive alternativas de compensação do volume de fósforo. Que foi o que nós discutirmos para não ferir a norma do Conama que nos obriga a limitar a atividade, qualquer delas, e eu entendo que a aquicultura diria que é de longe a que menos polui, menos do que o ser humano na atividade de esgoto, muito menos do que a indústria e por aí vai, a parte de agrotóxico, enfim. Se fosse uma gradação que polui, entre aspas, a aquicultura estava lá embaixo.

O SR. – Sem falar que é alto sustentável.

O SR. RICARDO DE AQUINO SALES - Exato. Assim, se tem alguém que merece o benefício da dúvida é a aquicultura. E o que nós vamos fazer dentro do limite da norma? É esse dispositivo que está aqui atrás, para permitir que ele se adeque ou que

ele indique de onde está vindo a principal fonte de poluição e aí nós vamos lá tentar diminuir aquela fonte de poluição para permitir uma espécie de compensação, diminui dez e ele contribui com um, no fundo o saldo positivo é nove, vamos dizer, essa é uma questão hipotética, é claro. Mas é mais ou menos essa a lógica, permitir que todo esse processo de regularização de quem está, vamos dizer assim, eventualmente fora da norma, se dê durante o processo de licenciamento. Por isso tem o prazo, 18 meses, por isso tem uma série de coisas. Quer dizer, formalize, faça o pedido e no curso desse licenciamento a gente vai te ajudar a...

O SR. - ...Pela ordem.

O SR. - ...Para finalizar, secretário.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Desculpa, deputado.

O SR. - É só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Porque essa discussão vai longe.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas uma pergunta só. Vossa Excelência quer falar também, deputado? Com o microfone, por favor ao deputado Curiati.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Queria solicitar de V. Exa. que (ininteligível) as manifestações dos nobres senhores deputados para que todos nós possamos, e V. Exa. colocar em votação, dizer se estamos de acordo com o governador ou não. Fica na mão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Desculpa, colocar a votação... Pois não, deputado.

O SR. - O deputado propôs que fosse já aceito este decreto por todos nós e depois houvesse as (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu preferia não colocar votos porque eu também não estudei a matéria de acordo e tenho vários questionamentos a fazer, não queria me intrometer porque o requerimento foi feito pelo nobre deputado.

A questão da pesca tem que também ir devagar, quer dizer, eu estou ouvindo, eu estou acompanhando, no momento oportuno eu vou me pronunciar. Eu acho que nós não podemos só olhar para a pesca, temos que ver a questão do meio ambiente, da água. Por exemplo, foi colocado aqui, Milton Leite, a questão da água, eu, no meu entendimento, o departamento de água tinha que ter subornado a Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Isso é claro, isso existe no mundo inteiro. Até por que... Não tem que checar Secretaria de Energia, isso para mim não existe, para mim água é ligado a meio ambiente. Isso você vai para Alemanha, vai para Espanha, aonde você for, a água é meio ambiente. Aqui estão discutindo: "vou perguntar a outra pasta", nós estamos discutindo água para o ser vivo, tanto animal quanto humano, o deputado sabe disso.

Então o senhor me permite, eu não queria colocar voto porque eu não sei se concordo com tudo o que foi colocado aqui. Acho que em um momento oportuno nós vamos discutir isso tanto no projeto de lei como também decreto se vier à tona, porque a lei é acima do decreto, tem vários questionamentos para fazer. Com a palavra então o deputado, meu prefeito querido, o Curiati, com todo o respeito que cabe a Vossa Excelência. Eu não gostaria de fechar a questão, gostaria de deixar em aberto porque acho que a discussão está avançando bem, pelo o que eu estou sentindo está avançando bem. Mas tem alguns pontos...

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito gentil, prefeito.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Mas sem favor nenhum, há necessidade de nós apressarmos... Se nós aprovarmos uma parte, em seguida nós vamos aprovar os outros interesses de diferentes setores da sociedade. Então vou deixar registrado aqui, Sr. Presidente, vai demorar muito a atender todas as reivindicações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Vai depender porque o governo e devagar, vai depender porque o governo está quase parado, mas não vai depender por causa dos deputados. Eu acredito que é um debate. É a primeira vez que eu estou na Comissão de Meio Ambiente discutindo pesca. Vocês montaram frente parlamentar, o que eu já falei isso, que para mim não interessa frente parlamentar, eu acho que a discussão tem que acontecer nas comissões permanentes. Você esvazia o poder da comissão permanente fazendo as frentes. Agora a frente vai se reunir, vai deliberar e o meio ambiente não vai nem ser ouvido. Da mesma forma o código da questão das águas que estava aqui, os recursos hídricos, ficou na Comissão de Justiça a pedido de urgência 29 dias, o deputado sentou em cima e ia para a Plenária para ser votado. Se nós não batermos no pé e chamarmos o meio ambiente para discutir a questão dos recursos hídricos, já estava votado depois da Comissão de Justiça. Isso aconteceu com os parques também, os parques quem vem pela Secretaria, o deputado lembra, ia passar por justiça e ia para o plenário. Quer dizer, o meio ambiente aqui... Eu não quero...

O SR. - ...E a gente até conseguiu grandes evoluções...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Mudou positivamente, é um projeto bom, melhorou muito. Os deputados... Pois não, prefeito.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Eu já estou na área há mais de 40 anos lembro da criação da represa de Jurumirim e uma multinacional, como disse anteriormente, ela quis destruir tudo e fazer com que a represa Jurumirim não fosse um lago limpo, fosse um lago poluído e nós não permitimos isso. Então depois desses 40 anos eu estou aqui observando que o governador foi bem-intencionado enviando uma proposta. Ela não atinge todos os setores das pessoas interessadas, mas atinge parte. Por isso eu proponho a V. Exa., eu sou favorável, que se coloque em votação, os que estão de acordo em aprovar essa proposta do governador e se não tiverem vamos depois esperar para aguardar cada probleminha.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pessoal, está falhando o microfone, eu vou informar, se eu colocar a votos a sessão vai cair. Porque não há

número legal nesta Casa, nem V. Exa. faz parte da comissão, para votar V. Exa. não poderia votar.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Não vou votar, mas sugiro que...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...É uma sugestão, agradeço a Vossa Excelência. Passo a palavra a... Milton, Leite, concluiu?

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Ainda não. Para concluir. Secretário, uma coisa que o deputado Sebastião tinha mencionado seria a parte de captação de recursos. Salvo engano na secretaria tem algo em torno de 900 milhões, se eu não me engano, para fundo de investimento ou algo do gênero assim. Se não me falha a memória. Aí eu indago a V. Exa., senão poderia ser direcionado uma parte disso aí como incentivo e uma parte oriunda também das multas aplicadas pela Secretaria do Meio Ambiente. Um percentual, não a totalidade. Para finalizar só isso aí, obrigado secretário.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Um momento, secretário, a palavra está com a Presidência. Eu passaria para ouvir a sociedade civil aqui presente que já tinha dado a palavra ao senhor Emerson Esteves, por favor.

O SR. EMERSON ESTEVES - Boa tarde a todos, boa tarde secretário, boa tarde Roberto Tripoli, boa tarde Itamar Borges, Sebastião Santos, obrigado a todos aí pela presença. Martin Colpani e todo o setor. O decreto agora teve um avanço significativo no setor, sem dúvida nenhuma, foi um gigantesco avanço comparado ao decreto anterior, agradecendo o empenho do secretário Ricardo que vem demonstrando realmente de maneira muito eficiente, dialogando com setor e em parceria com a Secretaria de Agricultura, Instituto de Pesca e setor produtivo e nós do setor discordamos em alguns pontos aí, o deputado Sebastião Santos também elencou alguns aí. E o principal ponto que a gente vem debatendo que ficou em questão na última reunião na Secretaria de Meio Ambiente foi a questão do Fósforo que é o que mais preocupa o setor no desenvolvimento da atividade dentro do estado de São Paulo, o desenvolvimento da atividade em si em rios estaduais e não rio federal, que rio federal nós temos uma concentração de fósforo muito menor.

O artigo quarto fica estabelecido aqui como limite máximo de 1% em águas públicas estaduais para o uso de aquicultura, então a gente entende que 1% é garantido para aquicultura em um corpo hídrico não impacta o meio ambiente em nada, é irrisório a perturbação que essa atividade em 1% do corpo hídrico chega a impactar. Nós temos vários estudos aí, principalmente no Tietê onde é o berço da atividade aí no estado de São Paulo, onde iniciou, secretário Ricardo, a atividade em tanque rede, região de Buritama, Zacarias, ali no reservatório de Nova Avanhandava foi onde começo a atividade no início de 2000, 2001 com projeto grande de tilápias no Brasil ali e nós vemos que têm vários projetos aí que tem monitoramento constante de qualidade de água feito por empresas especialistas em controle de sanidade e qualidade aí que o fósforo tem uma dinâmica aí até interessante, ele chega no corpo hídrico, na piscicultura com uma quantidade maior de fósforo, passa para a piscicultura, chega a sair em um nível menor.

O que a gente vem debatendo é o seguinte, o fósforo, segundo Queiroz na última reunião, diz que o fósforo é cumulativo. Se o fósforo fosse tão cumulativo assim, a gente ia ter em três irmãos a água que nós temos aqui em São Paulo no Tietê, porque estaria acumulando em uma calha lá do Tietê. Lá embaixo nós temos água potável no Tietê, água que é utilizada no berço de lazer e praias artificiais e para pescas, é fundamental para o desenvolvimento da região. E atividade aí num todo dentro do reservatório de estaduais aí, vai se completamente afetada essa metodologia se for adotada na Conama nesse estabelecimento.

O que a gente defende é o seguinte, nós temos hoje um estado que é banhado aí e divisa com o Rio Paraná, Rio Paranapanema e Rio Grande que é metodologia e metodologia da ANA que é metodologia de incremento de um sexto da atividade de aquicultura. Ou seja, a atividade de aquicultura pode ter o incremento de cinco microgramas por litro de fósforo. E dentro do estado de São Paulo e nos rios estaduais vamos ter outra metodologia, então nós vamos ter duas regras para dentro do mesmo estado. Então são dois pontos de conflito dentro do mesmo estado. Nós vamos ter os rios federais com a metodologia da ANA e rio estadual com a metodologia adotada pelo decreto aqui que vai ter outro regramento, outro posicionamento perante a essa análise, a essa posição sobre o fósforo.

Nós temos a questão dos reservatórios de Guarapiranga e Jurumirim que também acredito que segundo o deputado Sebastião Santos tem que ser contemplado também pelo decreto e como parque aquícola. O parque aquícola é a defesa do setor produtivo.

Nós, no último decreto aí de 2012 e 14 nós pedimos para ser implantado os parques aquícolas, mas com a questão do fósforo agora fica extremamente limitado a criação dos parques aquícolas. Porque onde der 30 microgramas fósforo por litro, está proibido de pôr piscicultura. Então nós não vamos ter um desenvolvimento dentro do estado de São Paulo com essa metodologia de fósforo, então a gente precisa analisar muito bem isso e precisa ter um crivo muito importante, principalmente do estudo de pesca que é um órgão que está muito próximo aí do setor produtivo, uma análise muito bem detalhada dessa dinâmica do fósforo, realmente, no corpo hídrico e o comportamento dela dentro da piscicultura. Porque o que está acontecendo conosco há anos é que estamos recebemos todo o passivo de décadas de poluição da indústria, do resido de lagoa de tratamento e agropecuária para atividade de piscicultura.

Então, secretário, aquilo que a Cetesb vem pedindo que o produtor ele identifique qual é a fonte poluidora de fósforo e a Cetesb vai tomar posicionamento, a gente discorda, porque a Cetesb já sabe quem é o grande impactante do meio ambiente hoje dentro do estado de São Paulo, não é a piscicultura, não é a atividade aquícola, atividade aquícola já é um contribuinte, o menor dentro do corpo hídrico. Então a gente precisa que realmente a Cetesb tenha um posicionamento mais rigoroso em cima das indústrias, em cima das cidades na poluição e que aceite esta metodologia da ANA para o bom desenvolvimento do setor e dentro do estado de São Paulo, que o estado de São Paulo tem um potencial gigantesco aí para os próximos anos para ser o maior produtor de peixe do país. E nós estamos aí correndo sérios riscos de realmente ficar no potencial, no estado do potencial e perdendo espaço para os estados vizinhos e para outras regiões produtoras. Obrigado a todos aí pelo espaço, e que realmente este ponto seja levado em consideração. Secretário.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria anunciar a presença do sempre presidente Barros Munhoz que se encontra entre nós, que já foi citado, inclusive aqui pela participação no trabalho da pesca.

Antes de passar a palavra a Martinho, eu só gostaria de saber...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - ...presidente, não sei...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...pois não, deputado Zico.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria perguntar para o Emerson, eu não entendi direito, se a Cetesb pediu que os piscicultores...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...se o deputado permitir eu abro a palavra ao presidente da Cetesb se ele quiser fazer algum comentário da fala porque ele foi citado. O senhor gostaria de se pronunciar?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Para mim essa questão é importante, porque...

O SR. OTÁVIO OKANO - Só esclarecer que a parte industrial tem como a Cetesb punir e exigir a melhoria, mas isso já vem sendo feito desde 1976. Agora a parte de esgoto doméstico é um problema seríssimo porque você não tem como interditar um município de lançar esgoto doméstico, porque você cria um caos social e de saúde pública dentro da cidade. E uma outra questão que não se leva em consideração é a questão da utilização de fertilizantes inorgânicos. A base da adubação é NPK e o P é o fósforo que são carreados para os cursos d'água, arrastado pelas enxurradas. Esse é uma poluição difusa que você não tem como controlar muito bem. A gente tem que começar a analisar isso aí.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu só...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...eu queria lembrar só as pessoas aqui presentes que nós não estamos em uma audiência pública, estou abrindo exceção porque são os três presentes...

O SR. - ...eu só queria dar uma consideração final sobre...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...se o senhor aguardar, que tem deputado que tem preferencias ao senhor. Se for uma audiência pública aí sim, mas não é a questão.

O SR. - Eu queria uma consideração em cima da fala do Okano, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O senhor aguarda, por favor. Com a palavra o deputado Zico que pediu a palavra.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria me dirigir ao Okano.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pois não, deputado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Porque se a Cetesb pede para os piscicultores fazerem isso, um papel que é dela, informar o que todo mundo sabe aonde está. Sabe que é um município, sabe que é a fonte poluidora. Aí o coitado do piscicultor ainda tem que ir lá com um papelzinho. Ele. Ele fica sem direito e ainda ele que vai se expor. É um absurdo uma coisa dessa, Okano, está errado isso, não está certo.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu vou passar a palavra primeiramente ao Edson, Emerson, rapidamente.

O SR. EMERSON - Só uma consideração final em cima da fala do Okano, a piscicultura não pode pagar esse preço, Okano, infelizmente. É isso que nós não queremos. A piscicultura não pode pagar um preço tão alto do descontrole na poluição por fertilizante e esgoto doméstico. É isso que queremos só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O secretário gostaria de se pronunciar? Passo a palavra ao secretário.

O SR. RICARDO DE AQUINO SALES - Caro deputado Zico, Emerson e todos os demais. Eu acho que uma questão conceitual importante, nós não estamos jogando a conta do fósforo na piscicultura, muito pelo contrário. Eu disse lá nas reuniões que tivemos na secretaria e vou repetir, eu peço ao deputado que me desculpe, é que talvez para o deputado esta resposta não faça sentido porque não ouviu de nós essas considerações que eu vou fazer agora que para aqueles que estavam na Secretaria, e o Emerson é um deles, já ouviram dez vezes. A questão é federal. Quem regula o limite

de fósforo é uma norma federal. Pela norma federal não pode ter emissão de novos, vamos dizer assim, fósforos, nova carga de fósforo em um curso d'água que já tenha atingido o limite. O que nós estamos fazendo com a norma? É ajudar, o movimento é ao contrário, é ajudar o setor a criar um dispositivo que, em que pese aquele corpo d'água já tenha atingido o teto, nós estamos criando um dispositivo que a lei federal não dá. Não dá. Se for obedecer a norma federal à risca, sem criar esse dispositivo que nós estamos aqui, é o seguinte. Já bateu o teto de 30, não pode ter nem aquicultura, nem piscicultura, nem nenhuma cultura. E a norma não é nossa, do estado, nem da Cetesb. Eu fui o primeiro a brigar por isso.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Até porque sempre vale a norma mais rígida.

O SR. RICARDO DE AQUINO SALES - Exatamente, Milton Leite, está perfeito. O ponto é exatamente esse, o que nós fizemos aqui? Em que pese exista uma norma federal restritiva, nós vamos criar uma metodologia aqui que permita você ter um jus sperniandi para chegar lá e dizer o seguinte: "mas não sou eu o culpado, o culpado é aquela indústria, ou o culpado é o prefeito fulano de tal que não trata o esgoto". E aí sim, mediante essa constatação, que tem que ter o mínimo de formalidade, é claro, nós estamos no estado de direito. Então nós precisamos pegar aqui o estudo que está aqui, que é um, não diria um salvo conduto porque não estamos abrindo mão do monitoramento de meio ambiente, mas nós estamos dando uma saída inteligente e justa. Justamente porque esse entendimento de que a piscicultura não é o culpado pela poluição nós também temos e fui eu que acolhi isso na reunião que estava lá. Agora a Cetesb está restrita a uma norma federal, sob pena de todo mundo ir para a cadeia, o produtor, o funcionário da Cetesb e quem tiver assinado a norma dizendo que a norma do Conama não vale.

Então o que fizemos? Não é que ela não vale, vamos achar uma forma de mostrar que a capacidade contributiva deste fósforo da aquicultura é marginal, é insignificante diante do todo que está ali. E ao apontar, ao dizer o óbvio e vocês já ouviram isso de mim, você vai dizer o óbvio, só que você precisa dizer o óbvio formalmente, a hora que você disser o óbvio formalmente, você ter uma metodologia formal que te garante uma certa tranquilidade jurídica perante inclusive o judiciário e o Ministério Público, para dizer o seguinte: olha, na compensação do corpo hídrico, naquele, vamos dizer que ele

esteja 50, quer dizer, já passou do 30, nem sei de 50 é um número possível, Okano, você me corrija. Mas está 50. Só que a indústria polui 20 e aquela atividade do produtor local vai poluir meio, o que ele vai dizer? “Olha, eu provei que quem polui 20 é aquela indústria lá ou aquele esgoto”. Eu (ininteligível) o meio, o que nós vamos fazer? Ok, então nós vamos lá fechar, diminuir a emissão do 20 para permitir o teu meio, é isso, é uma norma clara. “Não quero essa”, então segue a norma federal que não pode nada, não tem saída nenhuma, ponto, onde tem fósforo acima de 30 tem que fechar atividade. É claro que essa não é a melhor saída.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Secretário, eu estou de pleno acordo...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Olha, eu não dei a palavra a V. Exa., por favor, V. Exa. aguarde. Eu quero ouvir o senhor Martinho. Nós temos a questão do tempo, Zico, já falei, nós temos quatro e meia para ir embora, os deputados, a sociedade civil, pelo menos três da sociedade civil têm que se pronunciar, V. Exa. vai me perdoar.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas eu não vou me calar diante de uma atitude dessa da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Tudo bem. Vossa Excelência aguarde um minuto e eu dou a palavra à Vossa Excelência. Vamos ouvir a sociedade civil e em seguida eu dou a palavra a Vossa Excelência. Por favor, Sr. Martinho que representa aqui a Câmara Setorial do Estado de São Paulo, por favor.

O SR. MARTINHO - Boa tarde a todos. Boa tarde V. Exa., deputado Roberto Tripoli, presidente da comissão. Agradecer o deputado Itamar Borges, o deputado Sebastião Santos, Zico Prado, Milton Leite, Hélio Nishimoto, Celso Nascimento, Celso Curiati e o nosso grande deputado...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Salim Curiati.

O SR. MARTINHO - Desculpa, Salim Curiati. E o nosso grande deputado Barros Munhoz que representa a minha região a qual eu quero... Que nasceu toda uma

demanda quando o estado, breve relato, quando o estado passou a fazer licenciamento ambiental e aí o Brasil sofre. Nosso grande secretário Ricardo Sales, agradecer também, desculpa.

Falo muito bem nas nossas reuniões na Secretaria de Meio Ambiente, o país sofre, o estado sofre de um problema crônico. Nós temos um excesso de legislações e o setor produtivo não consegue alcançar. E a piscicultura, a aquicultura vem externar isso de forma muito clara. O que está acontecendo, o que aconteceu? O produtor não licencia, o estado não sabe quantos são, que tamanho estão e onde estão. E o meio ambiente que interessa a todos nós é que fica. Então essa luta que a gente vem de quatro anos, que o estudo começou em 2012, inclusive com um projeto de lei, que a proposta inicial era um projeto de lei. O governador fez um trabalho excelente, ele dispôs a criar o decreto. O que houve é que não existia um diálogo entre o setor produtivo e as secretarias, uma coisa impressionante, mas não conseguia conversar. Eu participei, particularmente disso. Jamais nós tivemos uma condição como nós temos nesse momento.

O governador prorrogou por mais quatro meses esse decreto que já vem sendo prorrogado. E falou muito bem, eu concordo, que esses quatro meses foram importantes do ponto de vista de: “precisamos resolver esse negócio”. Da última vez foi prorrogado um ano. Então vamos resolver esse negócio? Quatro meses você resolve isso. O secretário Ricardo Sales puxou isso para ele e de forma muito clara, muito objetiva está nos ajudando a resolver isso. Nós sabemos que a questão tem legislações conflitantes, que é o problema que nós sofremos. O que a gente está tentando é sanar isso de uma vez por todas. E, posteriormente, inclusive na questão da lei, nós temos um problema de repovoamento, nós precisamos regulamentar. Foi falado sobre extinção de espécie, o estado de São Paulo é onde tem mais usina hidrelétrica do país e nós não podemos acabar com ela não, está aí. Só que nós precisamos fazer o quê? Nós precisamos soltar as espécies nativas e nós vemos que isso não é feito de uma forma ordenada. Eu sou piscicultor há 30 anos, faço reprodução de espécies nativas lá na minha cidade e a gente vê que não é fácil você produzir um pintado, você produzir um dourado, o custo é altíssimo para soltar isso no ambiente natural e a gente precisa ordenar isso.

Outra questão, nós precisamos colocar a questão tributária, nós precisamos fazer uma questão de legislação, precisamos regulamentar. Política de incentivo, nós estamos ainda discutindo... Desculpa, eu não perguntei meu tempo. Quanto é o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O senhor está indo muito bem.

O SR. MARTINHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu estou aqui aprendendo com vocês.

O SR. MARTINHO - A questão da política de incentivo, nós estamos discutindo licenciamento ambiental que é uma coisa básica. O produtor de peixe ele fica normalmente localizado em uma área mais baixa do terreno, ele precisa da água, e tudo o que vem carreia para o cara, para o cidadão, desculpa, tudo o que carreia para ele. Quando você tem uma piscicultura instada, a maior preocupação nossa, uma das maiores preocupações, que o meio ambiente sabe disso, é, por exemplo, conservação de solo. Se quer uma coisa mais criminosa que tem é o sujeito não conservar solo, não fazer as curvas de nível, aí você tem uma piscicultura aqui, o sujeito lá, o vizinho, então eu sou o maior aliado do meio ambiente, eu vou lá e falo: "cidadão", e não tem briga, não tem nada, há um interesse comum de preservar a qualidade da água que é a nossa maior matéria prima. O nosso patrimônio não é ração que custa 80%, a nossa matéria prima não é ração que custa 80%, é água. Nós precisamos da água para...

E a atividade, deputado, vem desenvolvendo de tal maneira que o nível tecnológico é assustador de ganho de produtividade com o mesmo uso da água. O futuro nosso, nós sabemos, o problema nossa é a água. Como fazer isso? Otimizar o uso da água. Por exemplo, cria-se peixe, leva essa água para irrigação, isso é o futuro. E como nós podemos fazer isso? Deixa a iniciar privar e dar ordenamento: "aqui você pode ir, aqui você não pode", e dar incentivo para o negócio acontecer. Pivôs centrais no estado é altamente tecnificado nesse ponto. Essa água antes de ir para o pivô, criar peixe com alta densidade. Você pega essa água está jogando esse fósforo, estamos jogando esse fósforo... Então são coisas simples que em parceria, que foi construído agora com a Secretaria do Meio Ambiente, com a Secretaria da Agricultura tivemos uma abertura fantástica, o novo diretor do Instituto de Pesca, uma abertura fantástica, de visão diferente, de visão de aproximar e tentar resolver o problema.

Eu poderia elencar aqui diversas questões, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu gostaria que você pudesse fazer um encaminhamento.

O SR. MARTINHO - Sim, pela Câmara Setorial, podemos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - As informações que vocês têm são muito ricas junto com todos os deputados aqui. Qual o encaminhamento que o senhor faria. O senhor criou os problemas todos. Quer dizer, esse negócio de criar o peixe, aproveitar a água para irrigar é sempre positivo. Agora...

O SR. MARTINHO - ...Deputado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pois não.

O SR. MARTINHO - Nós estamos importando um bilhão e 200 milhões de dólares em pescado. Um bi. São três bilhões, quase quatro bilhões em recurso. E isso está deixando de arrecadar imposto, distribuir renda e uma série de consequência. E o que aconteceu é que nos últimos anos nós conseguimos fazer com que o consumidor comesse mais pescado, ele saiu de nove para 14, só que ele está comendo pescado de fora. Por quê? O pescado vem mais barato, vem competitivo, nós perdemos a competitividade.

Só para ter uma outra ideia, a merenda escolar. Eu vou vender o peixe para a merenda escolar hoje. A questão da merenda não é como um negócio, ela é importante do ponto de vista de ensinarmos as crianças a comer peixe, habituar essas crianças a comer peixe. Você vai participar da... O peixe não entra porque o peixe é caro, e o que ficou caro? A minha estrutura organizacional de estado, ela fica mais cara. Aí vem a merluza, entra a merluza, que vem importada da Argentina. Assim, é só um exemplo que eu estou dando, que nós precisamos fazer isso em um projeto de lei.

Agora eu gostaria, se fosse possível, deputado, se fosse possível, esse decreto do jeito que está saindo, ele está muito bom, muito bom perto do que a gente estava. As discussões não podem ser paradas agora. A Câmara Setorial está bem estruturada, tem as associações, trouxemos a Secretaria de Agricultura, trouxemos a Secretaria do meio ambiente. Se nós conseguimos encaminhar esses... Alguns ajustes, eu acho que talvez o secretário, a abertura do secretário, precisa ver, mas aprovasse esse decreto e desse

condições da atividade prosseguir, e em seguida a gente abre as discussões para melhoria da questão do decreto, de uma legislação.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Por respeito ao tempo, eu passo a palavra...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - ...Só um abraço fraternal a todos e parabéns a esse brilhante secretário e esse brilhante presidente e a esse fantástico presidente da Assembleia. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito obrigado deputado Barros Munhoz, ex-presidente da Casa. Deputado Zico, V. Exa. permitiu o deputado Curiati a se pronunciar antes de Vossa Excelência?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pode.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pois não, deputado Curiati.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Eu estou insistindo, Sr. Presidente, é porque eu acho que aprovando esse projeto, eu não participo dessa comissão...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ... Qual projeto?

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - O projeto que o governador enviou que está sendo discutido aqui na comissão de direito...

O SR. - O decreto.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Um decreto. Se aprove o decreto e depois os outros setores serão corrigidos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas deputado, me permite, o decreto é o govenador que faz, nós não aprovamos decreto, não entendi.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Mas aqui a Casa tem que aprovar.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Decreto não.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - A comissão não precisa aprovar?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Decreto não, V. Exa. me desculpe.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Aprovar a mensagem do coordenador, ser favorável a mensagem.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O que existe aqui, deputado Curiati, é um projeto de lei, foi citado por Itamar Borges, Barros Munhoz, vários deputados aqui, que estão desde 2012 parados, que dizer, está andando aí nas comissões. Existe um decreto do governo de que todos os deputados, mais a sociedade civil, estão debatendo esse decreto do governador que tem várias falhas. E o secretário está se colocando à disposição para colaborar na mudança desse decreto, adiamento, enfim. É um decreto, só para ajudar.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Sr. Presidente, V. Exa. tem razão. Mas eu tenho a impressão, estou aqui há muito tempo, impressão minha está errada. Eu queria que fosse favorável esta mensagem que está aí e depois parceladamente fosse corrigindo todos os problemas, porque senão nós vamos ficar novamente mais dez anos, 15 anos, jogando mensagens sem poder resolver todos os problemas. Se aceitarmos agora esta mensagem, acho que depois parceladamente serão resolvidos os problemas que estão aí. Eu sou médico...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Vossa Excelência está querendo ajudar a colaborar, mas eu também não estou querendo, eu não estou vendo como nós vamos...

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP -...claro, eu não sei como, eu também. Mas o meu desejo é que se acelere.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Não há dúvida. Vossa Excelência está querendo ajudar e que o mais rápido possível se resolva essa questão.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Eu estou nesse problema de represa há 40 anos, com a represa Jurumirim, eu fui o responsável por evitar a poluição dela quanto uma indústria poluidora, Abrasca, queria fazer com que aquilo se constituísse me um bem para a polução e não era.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Se me permitir, deputado Curiati, eu acho, meu feeling, me permite...

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - ...Muito obrigado, presidente. Eu peço desculpa...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Não, eu agradeço sua colaboração...

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - ...Talvez eu esteja errado...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Mas está colaborando...

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - ...Mas eu acho que se formos favoráveis a esta mensagem que está aí, depois de uma segunda fase paulatinamente todos os outros setores serão discutidos e favoráveis e aprovados.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu não sei, Sebastião que pediu esta reunião. No meu entendimento, eu sou leigo na área, eu acho que nós estamos caminhando muito bem, tanto com a sociedade civil como os deputados estão questionando e o secretário está se colocando à disposição. Eu acho que o encaminhamento... Pelo o que eu sinto.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Sr. Presidente, eu estou aqui porque o deputado Sebastião me convidou para que estivesse...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu acho ótima a sua presença e acho que a coisa está fluindo bem. O secretário se posicionou em relação a todos os artigos. Eu acho que estamos caminhando bem. Se alguém acha que não que questione. Mas eu passo a palavra, se me permite, ao deputado Zico, líder do PT. Pois não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Primeiro eu quero esclarecer, presidente, que eu não tomei nenhum momento a fala da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nunca V. Exa. fez isso. Eu que peço desculpa a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu me senti que eu estava tolindo, porque eu achei que eu estava em um diálogo com o secretário diante das colocações que eu tinha feito. Então eu acho que a forma que V. Exa. se dirigiu a mim, eu achei que estava tolindo toda a sociedade civil que está aqui. Eu quero deixar essas coisas claro porque eu conheço a maioria deles há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Vossa Excelência está aqui para colaborar. É que V. Exa. não entendeu. Nós tínhamos só meia hora...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - ...Eu entendi perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nós tínhamos meia hora. Se todos os deputados falando...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não, eu entendi perfeitamente, só quero esclarecer...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Não, para quem conhece V. Exa. sabe que V. Exa. é a favor da sociedade civil, desculpa. Mas por favor, conclua.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu acho que toda a discussão que nós fizemos até hoje, secretário, acho que avançamos muito nesta questão, tanto no tanque rede quanto no tanque escavado. Mas eu acho que esta questão que nós levantamos aqui antes, que nós temos a poluição tanto do inseticida, nós temos a poluição de várias modalidades da cidade. Agora isso cabe ao estado fazer, não cabe aos produtores. Quem tem que fazer essa fiscalização, saber quem é... E nós temos que...

A legislação muda-se. Legislação quando ela começa a prejudicar, porque a legislação é feita para proteger a sociedade. Então se ela está prejudicando nós podemos ir para Brasília e vamos resolver. Nós temos aqui uma bancada de deputados federais que a gente pode dialogar com todos, pode dialogar como todos para mudarmos a regra. Por isso que eu não quero transferir uma competência do estado para um cidadão comum, para um proprietário, pequeno produtor de peixe. Eu acho que essa é a questão que eu quero deixar claro. Eu acho que a legislação a gente muda. Onde está prejudicando... O que não pode é do jeito que nós estamos até hoje.

Por isso eu quero aqui, o deputado Salim Curiati viu, os produtores do setor reconhecem que mudou, que a legislação melhorou e melhorou bastante. O secretário está aqui disposto. É a primeira vez que nós discutimos isso com a Secretaria do Meio Ambiente na Assembleia Legislativa, da outra vez nós fomos lá. Nós fomos lá, a primeira vez, por isso eu quero te cumprimentar. As outras vezes nós íamos lá e o secretário entrava e saia a cada dez minutos. Nós não concluíamos nada. Então eu começo a ficar animado, eu não estou ainda. Eu começo a ficar animado quando eu vejo que os produtores começam a falar: “melhorou, melhorou bastante”. Nós temos que prosseguir aonde está o enrosco. É na legislação federal? Nós vamos atrás. O que nós não podemos é prejudicar o produtor e o estado que foi todos os dados passados aqui. É isso que cabe a nós deputados fazer.

Eu estou dizendo isso, presidente, porque eu quero aqui dizer, a minha intenção aqui é colaborar. Eu quero colaborar, mas quero que a gente chegue a uma conclusão de que a nossa colaboração aqui é para atender, principalmente, os pequenos e médios produtores rurais para que eles tenham mais uma fonte de renda na sua propriedade. Aquele que tem propriedade que vai até o fundo do rio, eu conheço, eu já fui em vários

dos produtores, sei o quanto eles passam ali para produzir os alevinos, para produzir o peixe. Então se eles estão fazendo isso cabe a nós, o estado e a Assembleia Legislativa ajudar.

Para encerrar eu quero dizer o seguinte, eu acho que nós temos que, a primeira discussão, o presidente da comissão tem razão, é a primeira discussão que nós estamos fazendo aqui. Mas eu acho que o setor tem que sinalizar para o governo que já melhorou bastante, mas as portas não podem ser fechadas, nós temos que continuar discutindo isso porque na aplicação da lei ou do decreto nós vamos encontrar outras dificuldades que não estamos prevendo agora.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Primeiramente eu passo a palavra a quem pediu primeiro, foi o deputado Hélio Nishimoto, por favor.

O SR. HÉLIO NIISHIMOTO - PSDB - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Eu já início cumprimentando pelo bom momento de discutirmos esse assunto da aquicultura, algo que nós há muito tempo na Frente Parlamentar estávamos ansiosos por discutir. E segundo, cumprimentar todos os participantes. Na pessoa do deputado Sebastião Santos, eu queria cumprimentar todos os que têm se envolvido com essa matéria. E agradecer aos membros do governo que hoje se fazem presente aqui e esclarecendo e demonstrando como nunca vimos, tão boa vontade em ajudar a resolver os problemas que esse setor vem enfrentando há muito tempo e que nós consideramos fundamental para o nosso estado, principalmente na parte da economia, momento tão difícil que o Brasil vive de economia. Essa matéria, do jeito que está caminhando e com a boa vontade que vemos no governo sobre essa matéria, a esperança é muito grande que nós vamos alcançar êxito nesse debate.

Então por tudo aquilo que foi falado, pelo Emerson, pelo Martinho, é que são representantes da Câmara Setorial, eu acho que nós podemos aproveitar. E vai até ao encontro daquilo que o deputado Decano Salim Curiati falou, com a anuência da Presidência, é claro, e da frente parlamentar, nós fazermos realmente uma nova conversa que não demore muito. E que o governo, através das secretarias envolvidas e os órgãos envolvidos possa definir já esses pontos que ainda estão conflitantes, mas resolver, viu Sebastião, resolver esses pontos e rapidamente pedir para o governador

então fazer esse decreto já que a Câmara Setorial está tão animada com essa nova forma do decreto. Então a gente encaminhar sim, também, rapidamente uma nova reunião, discutir esses pequenos pontos conflitantes e já fazer as mudanças para que o decreto seja então lançado. Essa é a minha posição e eu agradeço muito o Ricardo Sales que tem conduzido com esta boa vontade a discussão. E eu tenho certeza que isso daí vai trazer uma transformação muito grande nesse setor do nosso estado que estava tão carente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra ao próximo deputado, eu concordo com o deputado Hélio, de fato estamos tendo uma experiência inédita nesta Casa e o secretário está se dispondo. Você vê, nós temos aqui o policiamento ambiental que está aqui há disposição, temos a Cetesb, o secretário está aqui, chegou tarde, mas está aqui.

O SR. - Antes tarde do que nunca.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Super positivo, estou só aprendendo. Acho que a intenção do Sebastião foi ótima. Eu vou fazer o encaminhamento em seguida que seria a reunião dos deputados e a sociedade civil, a secretaria, enfim, e depois uma outra audiência pública aqui na comissão para ver como nós fechamos isso, porque caminhou bem. O Secretário já se colocou, enfim, agora a assessoria do Sebastião, mais a frente, os deputados, enfim, se reúnam com o secretário e depois fazemos aqui, acho que depois das eleições para não ter que... Agora estão todos correndo. Mas em seguida das eleições eu sugiro uma audiência pública aqui nesta comissão.

E também quero sugerir aos membros da doutra Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que nós possamos discutir também, depois das eleições, a questão do agrotóxico, inseticida, principalmente, esse é um tema muito importante, foi colocado aqui pela sociedade civil e prejudica a todos. Quer dizer, prejudica a água para o ser humano, os animais, enfim.

Antes de passar a palavra à V. Exa., o Milton quem pediu, eu passo a palavra ao deputado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É rapidamente, eu não faço parte desta comissão, mas eu queria cumprimentar o presidente Roberto Tripoli, meu amigo, rapidamente passei por aqui, saindo desta CPI. Em nome de todos os deputados aqui eu cumprimento o Dr. Curiati cumprimentando todos os deputados aqui presentes. Na verdade, eu quero cumprimentar o Dr. Ricardo Sales, secretário do meio ambiente, meu amigo pessoal. Quero primeiramente lhe avisar que aqui o senhor está com nome muito forte nesta Casa, todos os deputados que lá têm ido têm sido muito bem atendidos. Agora na CPI da Merenda um deputado falou: "puxa, eu fui lá e nunca fui tão atendido", aqui nós temos problemas com alguns secretários de estado...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Nunca tão bem atendido.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É, nunca tão bem atendidos. Nós temos aqui secretário de estado que se acham donos do mundo e não atende os deputados...

O SR. - ...Acham não, eles têm quase certeza...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - ...Então são donos do mundo. Então o senhor mostra, além de amigo, uma pessoa competente, está no lugar certo e os deputados têm falado bem do senhor. Não pelo seu cargo, nem pela minha amizade que tenho consigo, mas sim pelo seu jeito e seu caráter. Parabéns, do jeito que atende os deputados aqui esta Casa. E tem aqui desta Casa as portas abertas.

Quero cumprimentar também o Coronel Rogério Xavier, parabéns pelo seu trabalho. Não o conheci, Dr. Okano, só de nome, quero cumprimentar também o senhor, presidente da Cetesb, tem aqui também desta Casa as portas abertas. Só isso, Sr. Presidente. Queria cumprimentar a todos, obrigado pela atenção e vou ficar um pouco aqui com vocês e daqui a pouco vou me retirar porque tenho mais algumas coisinhas aí. Só para cumprimentar o senhor secretário, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem-vindo, Delegado Olim, sempre colaborando com esta comissão. Se me permite ouvir mais um da sociedade civil, que é o último, são três. Com a palavra o deputado Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Obrigado pela palavra, presidente. Presidente Okano, o senhor foi muito feliz em suas palavras quando diz que consegue monitorar a parte da indústria, grande gerador da parte de fósforo vindo dos esgotos residenciais. Eu gostaria que tanto o senhor, como o Sr. secretário, propusesse aqui uma legislação, porque é de conhecimento amplo que a grande parte da poluição, tanto da Guarapiranga quanto da Billings, vem da Sabesp e das cidades ao redor, Itapecerica da Serra e assim por diante. Ou seja, eles jogam direto, sem tratamento nenhum o esgotamento deles, direto na represa, ou seja, não dá para querer culpar os outros por uma coisa que alguns municípios deixaram de fazer.

Então, secretário, até avançando isso aí, sugeriria que V. Exa. desse algum direcionamento para que os municípios que joguem água na represa de Guarapiranga tem algum tratamento, porque não é possível. E a Sabesp também, porque a Sabesp através do programa Mananciais que foi feito, ela coleta o esgoto só que ao invés de mandar para as estações de tratamento, ela joga direto para a represa. A única é o seguinte, antes ia pelo córrego tal, tal, tal, agora vai canalizado, ou seja, é um tremendo absurdo que nós temos ali. E isso na região tanto da Billings quanto da Guarapiranga, a região inteira se você for olhar, você olha ali, ela foi totalmente urbanizada, só que ao invés de ser levado para a estação de tratamento, o esgoto ali coletado, não, a Sabesp joga direto dentro da represa, isso é um absurdo. Depois vai querer culpar a sociedade, ou o não sei o que lá, falando que o nível de fósforo elevado é um absurdo. Aí eu sugeriria até uma atitude de V. Exa. e aqui dos deputados, do presente, no que puder contar com a gente também pelo solucionar, melhorar esta situação.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra eu queria fazer um encaminhamento aqui que é o seguinte, eu passaria a palavra ao último membro da sociedade, em seguida passo a palavra ao Sebastião que é o requerente desta comissão e passo para a conclusão do senhor secretário, está certo assim? E já faço o encaminhamento, que façam reuniões, o secretário já se colocou à disposição, já está tendendo a sociedade civil, enfim, e nós já marcamos uma próxima audiência pública, aí seria audiência pública, aí sim o secretário vem com a assessoria e faz explanação do que resultou desta nossa discussão no dia de hoje e nos dias que vocês trabalharam junto à frente. Se está aprovado então, é o Ricardo Dias que falta se

pronunciar, não é isso? Ricardo Dias. Ricardo Dias é da Associação Brasileira de Lojas do tema, é isso? Por favor, tem a palavra, senhor.

O SR. RICARDO DIAS - Boa tarde a todos, Sr. secretário, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade de falar, mesmo no final do tempo. E para encurtar eu quero agradecer e parabenizar suas palavras porque muito do que ele falou serve muito para a minha atividade e uma atividade que não está contemplada nesse decreto.

Peixe que eu vou falar para vocês não é o peixe de comer, mas é o peixe ornamental. E não é uma brincadeira de criança, é um negócio que movimenta milhões no mundo inteiro. Só para ter um breve relato do que é o peixe ornamental, existem feiras internacionais que tratam do assunto e comercializam peixes ornamentais do mundo afora. E devido à grande quantidade de regras que proibiram o desenvolvimento da aquicultura do peixe ornamental no Brasil, hoje a maior parte dos peixes vendidos nessas feiras internacionais, são peixes brasileiros criados por outros países, principalmente pelos países asiáticos. Então hoje o Brasil não produz peixe ornamental pelo excesso de regras que proíbem e dificultam a criação de peixe ornamental. E por questão da biopirataria esses peixes foram embora do Brasil e são criados em larga escala e vendidos ao mundo inteiro, até mesmo o Brasil recompra estes peixes porque é melhor comprar um peixe de aquicultura que vem com qualidade do que comprar um peixinho que foi de extrativismo e muitas vezes por dificuldades também das regras de extrativismo, eles chegam em grandes centros com baixa qualidade.

Então assim, eu dei uma lida no decreto e acho que ele evoluiu bastante dentro do que eu entendo, mas eu sinto totalmente a ausência da palavra ornamental nesse decreto. Em nenhum momento se previu alguma regra para essa atividade. E eu gostaria de salientar que depois de tudo o que o meu amigo falou com relação a preservação do meio ambiente, o aquarismo, aquariofilia busca esta qualidade e busca a criação de peixe com qualidade, preservando justamente as nossas espécies.

E só para dar um exemplo de uma diferença do peixe de corte para o peixe ornamental, se você pegar o aruanã que é um peixe criado para alimentação, você vai vender este peixe a dois reais o quilo, sendo que uma espécie viva de 20 centímetros pode atingir 200 dólares no mercado internacional. Então assim, o valor agregado na criação do peixe ornamental é imenso. E aí se você for considerar que o espaço físico para criar peixe ornamental é imensamente menor do que o espaço físico para se criar o peixe de corte. E nessa legislação, no decreto, eu gostaria de salientar que a maior parte

da criação de peixe ornamental se dá em áreas urbanas. Então aqui na cidade de São Paulo, por exemplo, depois de muitos anos buscando, nós temos apenas um aquicultor de peixe ornamental licenciado, legalizado. Então é impossível a nossa associação ler um decreto desse, gostar da evolução e não ver aqui nenhum item contemplando a parte do ornamental. Então eu gostaria de pedir que, se há tempo ainda, de que a gente possa estudar e apresentar uma proposta dentro desse decreto e que contemple a nossa atividade.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - É uma questão polemica essa, porque a questão que o senhor falou que nós estamos importando peixes brasileiros é que nem arara antigamente, ela custava 20 mil dólares no exterior de tanto que contrabandearam para o exterior, tem matriz lá hoje. Então hoje nós temos a arara azul...

O SR. RICARDO DIAS - ...Só para dar um exemplo, existiu o acará disco, que é um peixe natural do Amazonas e hoje nós temos o acará disco red malboro, o acará disco yellow face, são peixes que foram para os Estados Unidos, foram criados e mudados geneticamente e hoje a gente importa eles como sobrenome gringo, certo? Então ainda há tempo. 2014, o extinto Ministério da Pesca, com a instrução normativa 21, de 2014, ele conseguiu cobrir uma lacuna que nós tínhamos que era na obtenção de matrizes legalizadas. Então a partir de 2014, o produtor ornamental que quiser criar uma espécie ornamental, ele pode comprar essa espécie legalizada de um pescador legalizado. E aí abriu-se a possibilidade que nós não tínhamos até então, de criar os peixes ornamentais.

Agora, para finalizar eu acho que peixe ornamental é um nome muito restritivo, porque peixe para mim, qualquer um deles pode ser ornamental, desde que eu tenha a vontade de colocar em um aquário e admirar. Um cascudo, uma sardinha, qualquer peixe, cada um tem sua beleza natural, então todos são ornamentais, desde que você tenha alguém que queira admirá-los.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Eu acho que nós já discutimos esse tema na Câmara Municipal de São Paulo, onde eu criei uma lei proibindo exibição de animais e tinha a questão dos peixes.

O SR. RICARDO DIAS - Eu fui lá conversar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu lembro do tema e nós vamos voltar a essa questão. Muito bem, eu queria passar ao requerente para as suas conclusões finais e em seguida o seu secretário, por favor.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Obrigado, Sr. Presidente. Bom, aqui eu vejo alguns itens que não poderia deixar de pedir carinho do Sr. secretário. A questão das resoluções. Que antes da assinatura do decreto, nós vínhamos tomar pé, os produtores vinham tomar pé do que realmente serão as resoluções, que são várias aqui citadas. Segundo ponto, acrescentar os peixes ornamentais já que está dentro dos critérios de produção aquícolas e que nós não poderíamos deixar desse decreto, sendo assinado pelo governador, esses produtores a mercê como estão aí, e que não são poucos, não inúmeros. E que trazem um número tão grande de produtores e pessoas que trabalham.

Eu conheço uma pessoa que em dez mil metros tem 14 empregados. Então é algo que nós temos que colocar, realmente, nós temos que a achar um espaço aqui para começar a dizer a essas pessoas que estão produzindo para o estado de São Paulo, estão importando de outros países. Porque quando ele vai colocar uma alga de plástico dentro do aquário e ele vai lá na China: “eu quero uma alga”, ele tem que comprar um contêiner de alga, certo? Um container. Ele tem que fechar 60 toneladas para trazer para cá. Eu acho que essas pessoas não estão ocultas no estado de São Paulo, elas existem, elas precisam ter realmente um reconhecimento nesse momento que V. Exa. traz esta abertura para nós, coisa que eu quero aqui, como os meus pares já deixaram claro aqui já deixaram claro à V. Exa. de que esta reunião nunca aconteceu aqui nos últimos seis anos que eu estou dentro desta Casa. E quando eu fui vereador, que já discutimos o caso, nunca sentei com o secretário de estado para discutir esta questão, a questão da piscicultura e da aquicultura.

Eu fui o primeiro doido no estado de São Paulo a trazer o primeiro experimento em tanque rede. O primeiro experimento em tanque rede chegou para Mira Estrela, foi 209 mil reais uma emenda parlamentar. Que para se colocar naquele momento em Mira Estrela para 80 pescadores poderem sair do extrativismo para ir produzir, foi uma guerra, até hoje eles não têm a liberação do mini frigorífico que lá está em Mira Estrela, nunca filetaram um peixe dentro deste frigorífico, por causa da legislação. Mesmo

sendo aqui colocada como termo social, se tornando aquicultura termo social, nós não temos a liberação para essa finalidade social para uma pequena produção se manter hoje aviva no estão de São Paulo.

Então colocar essa questão. E a outra preocupação é a questão do Instituto de Pesca. Porque eu conheço o Luiz Airosa que é uma pessoa extremamente indicada para aquele cargo. Só que eu vejo que ele passa dificuldades financeiras muito grande para poder o Instituto de Pesca se manter no formato que ele vai se inserir dentro desse decreto, a menos que nós tenhamos uma novidade no orçamento do estado, que nós não estamos vendo. Nós estamos vendo aí o orçamento se limitando ao máximo, se tirando muito do que ia ser feito e que eu vejo que o Luiz Airosa como diretor ele vai ter grandes dificuldades. Eu me coloco aqui, peço ajuda dos meus pares aqui para que possamos lutar pelo Instituto de Pesca que faz um trabalho fantástico, que realmente mostra aí não a dedicação dos seus cientistas ali, mas de toda a sua equipe de funcionários e que precisa de ajuda. Porque onde... Eu posso ler aqui que eles estarão inseridos, eles terão dificuldades imensas para se manter e para fazer as pesquisas que serão necessárias, os relatórios que serão necessários pela falta de condição financeira e até pela falta de mão de obra.

Então quero deixar aí a nossa preocupação porque o nosso amigo Luiz Airosa ele tem sido para nós um divisor de águas. Ele tem mostrado a realidade, tem debatido com quem realmente tem que se debater dentro da Comissão de Meio Ambiente, ou lá com a Cetesb, até com a fiscalização, que nós estaríamos agora com benefício de lei que vai melhorar muito a fiscalização da polícia ambiental, que é o drone como equipamento da polícia, que é uma lei de nossa autoria e que o governador já encampou a ideia, vai levar o drone para que o policial possa não entrar na água fiscalizar, não entrar próximo de onde estão queimando ou tendo uma queimada e fiscalizar com equipamento e que vai ser muito mais fácil. Agora, nós precisamos colocar realmente este decreto rapidamente ordenando aqui a legislação do estado, mas nós precisamos nos ater como o deputado Itamar falou aqui, neste projeto de lei. Nós precisamos costurar esse projeto de lei com várias mãos, principalmente com os técnicos do meio ambiente, Cetesb, polícia ambiental, todos os envolvidos, nós produzimos um projeto de lei em não ficarmos para trás. Porque o Mato Grosso hoje tem uma legislação, cumpre a legislação, ao ponto de um pescador ter as unhas pintadas para poder levar os seus turistas que gastarão um valor altíssimo para pescar um peixe e depois ter que soltá-lo. O estado com uma legislação...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Desculpa, por que unhas pintadas?

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Eles criaram no turismo algo para a sobrevivência deles que não existia. Hoje eles valorizam tanto que eles provam para o pescador que sai daqui de São Paulo e quer ir lá acabar com tudo o que existe, eles criam um outro formato de educação ambiental. E eles se vestem a caráter e dizer: "você vai pescar o peixe? Eu estarei aqui colocando a isca, vou colocar, vou retirar o peixe, mas você vai cuidar do meu habitat que é o meio ambiente". Então eu só quero agradecer, secretário...

O SR. - E a unha?

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - A unha é o que faz parte da vestimenta dele.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O que o senhor imaginou?

O SR. - É que não foi mencionado, aí que está.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O senhor imaginou alguma coisa, pela cara que o senhor fez, alguma coisa.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Faz parte da vestimenta dele dizer...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Final da reunião, vamos discutir a unha pintada.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - "Eu estou aqui porque cuido do meio ambiente e cuido dos peixes", eu vou no Mato Grosso eu não mato o pintado, eu não mato os peixes ali como dourado, eu tenho o prazer de pescar, olhar ele, tirar foto, fazer um vídeo e soltar, e ver que ele soltou e soltou com saúde. No estado de São Paulo nós temos o turvo que é o berçário do dourado e da tabarana jogado, onde uma usina ia ser

liberada pelo meio ambiente do estado de São Paulo. Se construída, iam gastar 74 milhões lá, construir uma usina que não serviria para nada, mas nós tombamos pela cultura, a cachoeira do Talhadão e hoje lá está ainda sobrevivendo o dourado, está sobrevivendo a tabarana, com suas dificuldades, mas está sobrevivendo por causa da cultura, porque se fosse pelo meio ambiente, o meio ambiente teria dito: "compensa, constrói", e ficaria lá um monumento, um muro de 26 metro para a população que não poderia adentrar e que não produziria energia nenhuma.

Então nós vemos que muitas coisas se acha a saída fora. Que nem os peixes ornamentais, o cara veio aqui, pegou o peixe, levou para os Estados Unidos, transformou e vende para nós e nós não podemos produzir. Então acho que nós temos que, junto com o secretário Ricardo de Aquino Sales, eu acho que nós aqui, pelo menos eu que estou ouvindo o senhor pela primeira vez, nós temos que lutar para o governador deixar o senhor não só os dois anos aí, mas lutar para que o senhor possa continuar mais, porque eu tenho certeza que o estado de São Paulo vai ganhar muito com a presença do senhor como secretário de estado de Meio Ambiente. Muito obrigado ao senhor, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Veja, secretário, a reunião não foi boa, porque o Sebastião chegou aqui muito chateado na semana retrasada, ele entrou em contato com o seu gabinete e disse que só podia atende-lo daqui dois meses. Então o senhor vê como pouco tempo que o senhor esteve aqui, o senhor mudou completamente o modo do deputado ver o secretário de Meio Ambiente, superpositivo. Eu gostaria de ouvir a sociedade civil lá atrás, aquele, o rapaz, por favor, para fechar. O senhor mesmo que está me vendo. Rapidinho, porque o secretário foi...

O SR. - ...Só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - ...Pois não.

O SR. - É importante, a gente considera o Instituto de Pesca assim, se for possível o Instituto de Pesca porque a gente vê que ele tem um gabarito muito forte nessa questão das espécies. Aliás, a ideia do Instituto de Pesca em fazer essa avaliação surgiu porque... Isso não estava com a participação nem da Secretaria de Agricultura e nem da iniciativa privada na elencação das espécies. E o Instituto de Pesca com 40 anos, com

vários pesquisadores, se eu não me engano são 70 pesquisadores com conhecimento da área. Então a gente quer apoiar... Inclusive, uma excelente ideia, deputado, porque nós queremos isso. Agora, dirigir recurso para o Instituto de Pesca, trazer o instituto de pesca junto com a iniciativa privada para fazer do Instituto de Pesca uma referência no estado, que já é, no País, que já é. E só uma pergunta, como é que fica para o nosso entendimento comum aqui, vai ficar daqui para frente? O decreto vai caminhar? Como ficaríamos? Para nós era importante que ele encaminhasse, não é deputado?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O meu encaminhamento é que vocês se reúnam com o secretário, junto com o Sebastião, Itamar, os interessados, busquem um consenso e nós marcaríamos uma próxima reunião aqui para poder discutir alguma pendencia que ficou porque o tema é muito extenso...

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pois não, Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - No outro auditório, para ser maior, já que seria uma audiência.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - É porque hoje, na verdade, para os senhores entenderem, é uma reunião da comissão, não é uma audiência pública. Claro que é uma reunião pública, mas podemos fazer uma audiência pública, que aí todos podem participar, não só os deputados. A sugestão é esse encaminhamento. Acho que o deputado Itamar e o Sebastião que estão juntos nesta luta aí podiam se reunir junto com a sociedade civil, levar o secretário e a partir daí estou à disposição. Apesar de não concordar com uma série de coisas que foram colocadas aqui porque o meu trabalho é em proteção aos animais, como eu vivo em uma sociedade eu tenho que respeitá-los e ouvi-los. No momento oportuno eu vou apresentar também a minha proposta. Eu como presidente coordeno os trabalhos, mas não queria colocar minha posição nesse momento para ouvir a todos e aprender a respeito do tema. Eu passaria a palavra a palavra ao secretário para encerrar o nosso trabalho, por favor deputado Itamar.

O SR. RICARDO DE AQUINO SALES - Antes de encerrar, só uma resposta em relação a colocação do deputado Sebastião, eu acho que está absolutamente correto. Primeiro o assunto do ornamental, eu pediria que os dois deputados, como indicou bem o nosso presidente Tripoli, se puderem acolher essas colocações sobre as peculiaridades do assunto dos peixes ornamentais e tentarmos trazer para dentro desta legislação de forma eficiente e rápida, como temos feito o trabalho desde que começamos.

Segundo, com relação, como colocou o deputado Zico e eu acho também uma ótima iniciativa, nós precisamos mudar a norma federal. E parte do nosso trabalho, estado, Poder Executivo e Legislativo, é dentro do que for possível e com o máximo de celeridade e objetividade fazer a adequação da norma do Conama a realidade do mercado desse setor produtivo. Esta foi uma discussão que nós tivemos lá, ou seja, como é que enquanto a gente resolve no nosso rol de possibilidades e jurisdição, como é que se faz a adequação dessa norma no âmbito federal, no pressuposto de que as limitações são dessa questão do fósforo especificamente, que são limitações de ordem federal. Então enquanto a gente ganha tempo aqui e tenta resolver o problema naquilo que nos cabe, como é que faz lá em Brasília para que esse tema seja definitivamente resolvido lá no Conama. Está corretíssimo, é esse o nosso papel, é fazer isso, a sugestão é perfeita.

Nós da Secretaria, como disse e repito, estamos às ordens para acolher sugestões, debater pontos, a exemplo das boas sugestões do deputado Milton Leite sobre a represa de Billings e Guarapiranga. Nós vamos discutir e tentar implementar todas elas. O Itamar, a quem agradeço muito a ajuda que nos deu em todas as reuniões, esteve lá, e o deputado Sebastião também mandou o Marquinhos lá nos ajudar, que foi muito importante. Nós temos essa premência do tempo, que o decreto tem o seu prazo de validade a respeito da sua renovação e eu quero crer que a exemplo do que foi citado pelo deputado Curiati e o nosso presidente recepcionou isso, enviar o decreto para o governador, da forma como está ou com as mudanças que puderem ser implementadas em curtíssimo espaço de tempo e ato contínuo nesta audiência pública que o presidente já gentilmente sugeriu, já trazermos as adaptações. Neste sentido é importante lembrar, a abertura para resoluções e portarias compõe o melhor instrumento para a permanente atualização e aprimoramento da norma. Transpor para o decreto ou até para o projeto de lei que espero vire lei quando estiver tramitado nas vias normais, transpor a norma para a rigidez da estrutura legislativa, quer me parecer uma solução pior, porque a

atualização ela vem mais rápido do que o processo legislativo por natureza, é inerente a estrutura de produção legislativa, quer seja do executivo ou do Poder Legislativo.

O Instituto de Pesca, tenho para mim que as colocações do deputado Sebastião estão corretas, a respeito da necessidade de ter melhor apoio financeiro, mas esse é um papel que no que eu puder ajudar estou à disposição, mas esse é um papel que cabe e tem sido desempenhado nas diversas frentes com muita habilidade pelo Arnaldo Jardim, que é o secretário de agricultura e a quem compete, o Botier está aqui, fazer o esforço. O deputado Celso teve a gentileza de encaminhar o tema da oitiva das diversas entidades e eu acho que é por aí. Nós estamos abertos lá para ouvir, está aberto para ouvir. Não pode significar em momento nenhum a paralisia. E eu entendo, diversos problemas que nós enfrentamos na secretaria decorre de uma absoluta paralisia e uma esquizofrenia normativa. Cada abraço, cada norma, cada entidade da secretaria quis puxar a corda para um lado, não tinha um norte a homogeneizar, é uníssono do que se pretende fazer, é melhor fazer alguma coisa em curto espaço de tempo que seja boa, do que mirar o ótimo e não sair nunca.

Então eu entendo que nós podemos fazer coisas muito boas em um curto espaço de tempo para atender o setor produtivo que é a quem compete gerar renda, caro deputado Zico Prado, renda, emprego e oportunidades como o deputado colocou bem, principalmente para o pequeno e médio produtor. Então para isso é segurança jurídica, menor interferência do estado na vida do produtor. Deixar quem tem habilidade e vocação para produzir trabalhar em paz, e nós vamos dar aquilo que nos é essencial, da parte do estado: segurança jurídica, celeridade, transparência e eficiência. Esse viés de atuação, podem contar conosco na secretaria que é o que eu consigo me comprometer. O resto o setor privado, mais o legislativo e o executivo trabalhando juntos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Eu queria agradecer a presença do Ricardo que assumiu a Secretaria tem pouco tempo e já se colocou à disposição da sociedade e dos deputados. Queria agradecer ao Sebastião, ao Tião, pela iniciativa.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Aprendeu, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu não sabia, eu também não conhecia dona Rosa, quem mandava no Zico eu também não conhecia, agora eu sei. Então o que acontece, gente, muito obrigado a todos e eu espero uma nova reunião para deliberação. Uma boa tarde a todos. Agradeço ao coronel Rogério Xavier da polícia ambiental, ao presidente Otávio Okano da Cetesb, o seu secretário. Encerro os trabalhos. Antes, porém, convocando os Srs. Deputados e deputadas para próxima reunião terça-feira, às 14 horas no mesmo local, com pauta a ser apresentada.

* * *